

### 3. ECONOMIA DA REVOLUÇÃO

“... não existe um livro razoável sobre a história da economia política. Apenas um bom marxista poderia escrevê-lo”<sup>281</sup>

O livro de Rosa Luxemburg, *Die Akkumulation des Kapitals: ein Beitrag zur ökonomischen Erklärung des Imperialismus*, foi publicado em 1913 pela livraria-editora do partido *Buchhandlung Vorwärts*. Essa primeira edição foi impressa em 2.000 exemplares e custava 6 *Mark*. É difícil analisar a extensão da influência dessa obra no movimento operário, mas o provável é que tenha sido pequena. Diferente de *Das Kapital* de Karl Marx, que contou com 3.000 exemplares nas segunda e terceira edições<sup>282</sup>, não muito distante do livro de Luxemburg, a recepção deste na esquerda não foi boa. Enquanto Marx alcançou indiretamente grande influência no movimento operário, se pensarmos na formação dos partidos socialistas do século XIX e na popularização de suas ideias através de intelectuais-militantes como August Bebel, Luxemburg foi rejeitada pelos dirigentes logo de início e a dificuldade de leitura de sua obra restringiu-a aos círculos de intelectuais socialistas<sup>283</sup>.

Apesar de o movimento operário ter construído uma cultura de leitura relativamente importante na virada do século, leituras mais acadêmicas ou científicas eram pouco acessíveis pela própria linguagem e conhecimento acumulado que exigiam. Uma das críticas feitas a Rosa Luxemburg vai nesse sentido e não se restringe apenas à ela, mas sim ao modo de escrita dos intelectuais socialistas quando analisavam questões econômicas<sup>284</sup>.

Embora o número de bibliotecas de trabalhadores (*Arbeiterbibliotheken*) tenha crescido no início do século XX, constituindo-se em um importante instrumento de formação, era muito difícil concorrer com a literatura burguesa, limitando, assim, o círculo de trabalhadores alcançado por essa estrutura. Além disso, ao longo do tempo, abriu-se mais

281 “Es gibt kein ordentliches Buch über die Geschichte der Nationalökonomie. Nur ein guter Marxist könnte eine Geschichte der nationalökonomie schreiben” in: BArch NY 4002/16, fol 101.

282 Palestra de Rolf Hecker, pesquisador da MEGA (Marx-Engels-Gesamtausgabe), no grupo de leitura do capital da Fundação Rosa Luxemburg em Berlim (*Das-Kapital-lesen*). Título da palestra: *Zur Rezeptionsgeschichte des “Kapitals” von seinem Erscheinen bis zum Ausgang des 19. Jahrhunderts* (História da Recepção d'O Capital: do seu aparecimento até o final do século XIX). 14 de abril de 2015. Berlim, Rosa Luxemburg Stiftung. Ver também SECCO, 2002.

283 Quando muito, pois até hoje o valor de sua obra econômica e política é subestimado, mesmo entre os meios de esquerda. Ora tomada como heroína, ora como traidora, ora como guardiã da democracia burguesa, poucos são os que de fato se debruçam sobre seu pensamento e a tratam como uma intelectual-militante igual a tantos outros, em geral, homens. RAINWATER VON SUNTUM fala de quatro figuras míticas atribuídas a Luxemburg: o mito de mãe dos trabalhadores, o mito de devoradora de homens, o mito de virgem Maria e o mito de demônio.

284 JENSSEN, O. Die Akkumulation des Kapitals (Bücherbesprechungen). *Der Bibliothekar*. April 1913

espaço para a literatura burguesa naquelas bibliotecas em detrimento da construção de uma forma própria, acreditando-se que a publicação de jornais era a literatura proletária. O caminho ficou livre para que a literatura do status quo ganhasse cada vez mais influência entre os trabalhadores<sup>285</sup>.

Os operários liam jornais e revistas do partido e através disso se formavam politicamente, mas poucos liam as obras fundamentais do socialismo e o número de trabalhadores que se engajavam no movimento operário, embora grande se comparado ao de outros países, era pequeno em relação ao total de empregados na Alemanha<sup>286</sup>.

Quando olhamos catálogos das bibliotecas públicas (*Volksbibliothek*), por exemplo, encontramos obras de diversos socialistas, mas aqueles que se tornariam mais citados e estudados no século XX, dentro da literatura da esquerda, como o próprio Karl Marx ou Karl Kautsky, não se fazem presentes ou se fazem de maneira bastante tímida: de quatro catálogos de bibliotecas em Berlim entre 1913 e 1914, apenas um contava com o Livro I de *Das Kapital*, três possuíam o livro de Friedrich Engels *Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staates* e todas contavam com a obra de August Bebel *Die Frau und der Sozialismus*, muito popular naquele período<sup>287</sup>. Mesmo o catálogo da Biblioteca Central de Sindicatos Livres (*Zentralbibliothek der freien Gewerkschaften*) em Münster apresentava essa composição com livros de Engels e Bebel, entre outros social-democratas, mas sem um livro de Marx, ao menos no catálogo de 1913. Claro que as *Volksbibliotheken* não correspondiam à necessidade de formação da consciência de classe, ao contrário, existiam dentro da ordem institucional burguesa, mas o fato de nelas serem encontradas obras de Engels, mas não de Marx é um indício também da baixa leitura de estudos mais complexos, por falta de oportunidade ou baixa formação. Além disso, Lutz Winckler aponta que também nas bibliotecas de trabalhadores esses títulos eram menos procurados<sup>288</sup>.

---

285 WINCKLER, Lutz. *Autor-Markt-Publikum: zur Geschichte der Literaturproduktion in Deutschland*. Berlim: Argument-Verlag West Berlin, 1986.

286 Idem.

287 Não é que Bebel e Engels não sejam importantes ou estudados, no entanto, é de se constatar que frente aos outros autores, eles são menos lidos atualmente.

288 O que os trabalhadores procuravam, até 1900, era uma leitura mais fácil que explicasse os fundamentos do socialismo, leitura que hoje é menos frequente entre os meios marxistas que acabam por ler Marx e seus críticos e não as obras de popularização. A diferença de época na história do marxismo é bastante grande: logo em seu início, era uma teoria para a prática revolucionária e, por isso, a necessidade e procura das obras de popularização; hoje em dia, é uma teoria acadêmica entrincheirada na disputa pela correta interpretação do original. Luxemburg não conseguiu fazer uma obra fácil de ler, acabou discutindo entre pares, mas essa não era a sua intenção. Por isso, não deixou de ir também à reuniões, manifestações e assembleias para falar diretamente o que era o imperialismo e a importância de combatê-lo, entre elas a reunião de julho de 1913, em Berlim, quando falou sobre a importância da greve política de massas e como o parlamento já não trazia mais vantagens para o proletariado (*Vorwärts*, 24 de julho de 1913, 1. Beilage: Der politische Massenstreik).

Importante ter em mente também que a difusão de literatura socialista relacionava-se à insatisfação da burguesia com o imperador Wilhelm II, considerado muito autoritário. Nessa disputa pela dominação de classe, a literatura de esquerda pode florescer; claro que dentro de limites bastante exíguos, pois, segundo Reinhard Wittmann, a compra de livros era um luxo para os trabalhadores, que se limitavam ao gasto de 10 *Mark* anuais com literatura:

Na classe assalariada até 1200 *Mark* anuais, a compra de um livro era um luxo pouco acessível. O máximo de 10 *Mark* do orçamento do trabalhador, que podiam ser destinados para fins literários, eram gastos com uma assinatura de jornal ou, talvez, com uma remessa de romance de *Kolportage*<sup>289, 290</sup>.

Assim, o mercado de leitores socialistas e suas instituições eram bastante restritos, mais ainda se pensarmos em obras com densidade teórica. É, pois, claro que a obra de Luxemburg, como tantas outras de intelectuais socialistas, não teve grande circulação fora do pequeno grupo de intelectuais do partido. Apesar disso, muitas foram as críticas que recebeu nos jornais social-democratas desde janeiro de 1913. Esse debate pode ter espalhado um pouco mais suas ideias, mas apenas no sentido de reprová-las enquanto análise econômica do imperialismo, visto que as críticas foram bastante enfáticas nos erros cometidos sem avaliar a pertinência do problema que ela apontou e, mais ainda, da sua compreensão sobre o desenvolvimento do capitalismo. Essas críticas reproduziram-se ao longo do século XX, reverenciando a figura da mulher combativa sem levar em conta suas ideias políticas e econômicas. No entanto, no início deste último século, pouco antes da Primeira Guerra Mundial, as críticas tinham outro peso e outros objetivos políticos<sup>291</sup>.

Nos debates dos congressos do Partido Social-democrata entre 1898 e 1912 está claro como os acontecimentos históricos influenciaram a mudança na composição dos grupos dentro da organização, levando uns e outros a se aliarem às teorias revisionistas que rejeitavam o colapso do capitalismo presente no programa do SPD, ou aos radicais, como eram chamados seus opositores de esquerda. As questões sobre o imperialismo e as diferentes táticas emergiram com mais força na década de 1910.

---

289 *Kolportage* refere-se a um tipo de livro barato e de baixa qualidade literária.

290 “In dem Einkommensklassen bis etwa 1200 *Mark* jährlich blieb der Kauf eines Buches ein kaum erschwinglicher Luxus. Die maximal zehn *Mark*, die in einem Arbeiterhaushalt für Lektürezwecke abgezweigt werden konnten, waren mit einem Zeitungsabonnement und vielleicht einem *Kolportage*lieferungsroman schon verbraucht”. In: WITTMANN, Reinhard. *Geschichte des deutschen Buchhandels: ein Überblick*. München: C.H. Beck, 1991, p. 296.

291 Ao longo do século XX, as críticas a Rosa Luxemburg foram retomadas com diferentes objetivos. A rejeição da revolucionária pelo stalinismo, por exemplo, visava a manutenção da revolução dentro do curso traçado por Stálin; as ideias de Luxemburg poderiam apresentar um caminho diferente que não era bem-vindo. Por outro lado, a rejeição vinha acompanhada da reivindicação de sua figura ou como militante socialista ou como defensora incondicional da liberdade.

Desde antes da crise do Marrocos em 1911, as divergências entre Luxemburg e a direção aumentavam muito. Suas críticas à inação, ou timidez, da organização tornaram-se mais ácidas e menos bem-vindas pelos companheiros. No final deste mesmo ano, de acordo com suas cartas, ela começou o trabalho obstinado para escrever seu *magnum opus*. Em um ano o livro foi escrito, impresso e publicado. A urgência do momento exigia, já que os debates sobre o imperialismo e o colapso se dirigiam cada vez mais para a direita do SPD. Apesar de o partido falar sobre a importância das colônias para o capitalismo em suas resoluções, muitos acreditavam que a guerra não aconteceria por causa das relações econômicas intracapitalistas, como está colocado no debate do congresso de 1912. Desde a guerra da China em 1900, Luxemburg enfatizou, ao lado de outros militantes, a necessidade de combater a guerra colonial e se tornou mais virulenta em sua crítica com o crescimento das tensões, que estavam em todos os jornais, e a inação da direção social-democrata, que apostou todas as fichas na vitória eleitoral de 1912<sup>292</sup>.

Diante da imobilidade da direção, Rosa publicou uma obra para enfatizar as condições históricas objetivas da revolução, sem abandonar a necessidade da consciência de classe. Como coloca Loureiro, até a Primeira Guerra, as massas revolucionárias eram o motor da revolução e toda a fé de Luxemburg foi colocada na ação destas, o que só foi questionado com o estopim da guerra<sup>293</sup>. Rosa Luxemburg tentou apresentar uma leitura dialética da revolução e do movimento operário e sua proposta gerou reações bastante acaloradas entre seus colegas de partido.

### ***3.1. Die Akkumulation des Kapitals: eine magnum opus***

De acordo com o prefácio do livro, Luxemburg começou a escrever sua teoria da acumulação em janeiro de 1912, mesmo ano em que finalizou o texto. Segundo ela, a obra saiu de problemas encontrados no Livro II de *Das Kapital* de Karl Marx, mais especificamente da explicação do processo global de produção e seus limites históricos. A importância do problema estaria na sua relação com a política imperialista da época: era necessário resolver a teoria para formular uma práxis eficaz.

Não conseguia expor com clareza suficiente o processo global da produção capitalista em suas relações concretas, nem suas limitações históricas objetivas. Examinando melhor a questão cheguei à conclusão de que não se tratava de um simples problema de exposição; havia inclusive um problema

<sup>292</sup> As manchetes do *Vorwärts* ao longo do ano de 1913 relatam a tensão nos Bálcãs e a dificuldade de acordo entre as nações.

<sup>293</sup> LOUREIRO, Isabel. *Rosa Luxemburg: os dilemas da ação revolucionária*. São Paulo: Editora UNESP, 1995, 1995.

teoricamente ligado ao conteúdo do volume II de *Das Kapital* de Marx, ao mesmo tempo extensivo à práxis da política imperialista atual e às raízes econômicas da mesma. Caso eu tenha êxito na tentativa de abordar esse problema com a devida exatidão científica, quer parecer-me que este trabalho, além de apresentar um interesse puramente teórico, também adquire importância para a luta prática na qual nos empenhamos contra o imperialismo.<sup>294</sup>

Portanto, Rosa Luxemburg apresenta sua obra como contribuição para a prática do movimento operário, e não como uma pura teoria economicista, maneira pela qual ficou conhecida historicamente<sup>295</sup>. Diante dos embates travados desde 1898, observados anteriormente, fazia-se urgente entrar no debate puramente econômico<sup>296</sup> para tentar levar a organização à revolução.

O livro está dividido em três partes: *O Problema da Reprodução*; *Apresentação Histórica do Problema* e *As Condições Históricas da Acumulação*. As duas primeiras constituem a apresentação do problema como ela o encontrou, trabalhando com autores clássicos que influenciaram o desenvolvimento da teoria em Marx e diversos autores que chegaram próximos da questão, mas não conseguiram apresentar um resultado satisfatório, limitados por seus contextos históricos e teóricos. A última parte é onde Rosa expõe a sua teoria.

Todo o livro é recheado de exemplos históricos, sendo que o próprio desenvolvimento do debate teórico e do capitalismo é compreendido por Rosa historicamente. Ao observar os relatos de suas aulas na escola do partido, suas anotações de estudo e vários de seus artigos vemos que a história é uma parte essencial da forma como ela analisa a realidade. Não poderia ser diferente, já que desde o começo do livro aponta o grande avanço da teoria marxiana: a historicização do modo de produção.

Smith considera a criação de valor, de imediato uma propriedade fisiológica do trabalho, uma expressão do organismo animal do homem. (...) E como qualquer homem produz objetos úteis (pois é o lar que dele faz um produtor de mercadorias), da mesma forma a sociedade humana baseia-se na troca, donde se conclui que a economia mercantil é a forma econômica normal do homem. Foi Marx o primeiro a reconhecer que o valor era uma relação social especial, a qual surgira sob condições históricas determinadas (...) <sup>297</sup>

294 LUXEMBURG, Rosa. *A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 3

295 Utilizo o termo “economicista” no sentido de uma teoria da autodestruição do capitalismo sem necessidade de ação dos trabalhadores, como alguns autores entendem a teoria de Luxemburg.

296 A economia faz parte de todos os textos de Luxemburg, porque é através da análise que ela faz do capitalismo e da conjuntura que ela determina sua prática revolucionária, como a própria disse no Congresso de 1898. No entanto, o sentido aqui é que poucas são obras de debate puramente econômico, sempre relacionadas à defesa de determinada prática política.

297 LUXEMBURG, Rosa. *Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São

Diferente dos economistas burgueses, que essencializavam a economia mercantil como própria da sociedade humana, o estágio mais alto de civilização, Marx demonstrou que o surgimento desta deu-se por causas historicamente determinadas e sua forma de organização pode, e deve, ser colocada no tempo.

Para Luxemburg, o pressuposto básico do materialismo histórico - os homens fazem a história sob condições determinadas - é essencial para qualquer análise da sociedade que se pretenda revolucionária, mas para ela

Os homens não fazem arbitrariamente a história, mas, apesar disso, fazem-na eles mesmos. A ação do proletariado depende do grau de maturidade do desenvolvimento social, mas o desenvolvimento social não é independente do proletariado.<sup>298</sup>

A ênfase está na ação dos homens, e não nas condições objetivas, como Marx colocou em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Na relação entre teoria e prática, essa frase explicita bem que ela tendeu a colocar na última seu foco. Pesa mais, neste ponto, uma influência lassaliana, no entanto, é em Marx que ela busca a análise da realidade e do qual tira sua compreensão da história, vendo no materialismo histórico uma metodologia de investigação do passado e do presente, mas com uma perspectiva futura<sup>299</sup>.

Por meio do pensamento de Marx, então, é que a humanidade primeiramente descobriu o segredo de seu próprio processo social. Além disso, ela (sic - *pela*) descoberta das leis do desenvolvimento capitalista foi mostrado o caminho que a sociedade percorre de seu estágio natural e inconsciente, em que fazia sua história como as abelhas fazem seus favos, para o estágio da história consciente, desejada, verdadeiramente *humana*, em que a vontade da sociedade e sua ação chegam à harmonia mútua, em que o ser humano social, pela primeira vez em milhares de anos, fará *aquilo que quer*.<sup>300</sup>

O materialismo desvendou os segredos da sociedade para os homens e a partir daí deu-lhes a oportunidade de direcionar o caminho da humanidade de acordo com os seus desejos, *enquanto coletividade*. Luxemburg identifica-se, assim, com a terceira tese sobre Feuerbach, teses publicadas pela primeira vez por Engels em 1888:

Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 32

298 LUXEMBURG, Rosa. "A Crise da Social-Democracia". In: LOUREIRO, Isabel (org). *Rosa Luxemburgo: textos escolhidos*. São Paulo: Editora Unesp, v. 2, 2011, p. 28.

299 LOUREIRO, Isabel. *Rosa Luxemburgo: os dilemas da ação revolucionária*. São Paulo: Editora UNESP, 1995, 1995.

300 LUXEMBURG, Rosa. "Karl Marx". In: LOUREIRO (org), op. cit, v. 1, 2011, p. 133. No original: "Durch den Marxschen Gedanken ist also die Menschheit zuerst hinter das Geheimnis ihres eignen gesellschaftlichen Prozesses gekommen. Durch die Aufdeckung der Gesetze der kapitalistischen Entwicklung war aber ferner auch der Weg gezeigt, den die Gesellschaft aus ihrem naturwüchsigen, unbewußten Stadium, worin sie ihre Geschichte machte, wie die Bienen ihre Wachszellen bilden, in das Stadium der bewußten, gewollten, wahrhaft menschlichen Geschichte geht, worin der Wille der Gesellschaft und ihr tun zum ersten Male in Einklang miteinander kommen, worin, der soziale Mensch zum ersten Male seit Jahrtausenden das tun wird, was er will." In: LUXEMBURG, R. *Gesammelte Werke*. Berlin: Dietz Verlag Berlin, 1974, v. 1/2, p. 371.

A doutrina materialista sobre a modificação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são modificadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado. Ela tem, por isso, de dividir a sociedade em duas partes – a primeira das quais está colocada acima da sociedade.

A coincidência entre a altera[ção] das circunstâncias e a atividade ou automodificação humanas só pode ser apreendida racionalmente entendida como *prática revolucionária*.<sup>301</sup>

Assim, a busca pelas “limitações históricas objetivas” do capitalismo, ou seja, explicar o colapso do sistema não tem a ver com um determinismo econômico, mas com desenvolver a consciência de classe, explicando como funciona a realidade vivenciada e as tendências que ela tem para que a classe possa encaminhar suas ações para a revolução. Não é, pois, um desmerecimento das questões subjetivas, mas sua complementação para a realização da práxis<sup>302</sup>.

É preciso lembrar dos debates acalorados sobre a greve de massas e a pressão da esquerda do partido por uma prática mais radical ou revolucionária. Portanto, a teoria luxemburguiana da acumulação não pode ser compreendida sem levar em consideração as perspectivas revolucionárias que se abriram em 1905, embasando economicamente a defesa, por Luxemburg e seus companheiros da esquerda social-democrata, da greve de massas como instrumento transformador.

Com o objetivo de ajudar a práxis, conforme o prefácio, e na chave do materialismo histórico e da teoria do valor de Marx, Luxemburg debateu com os teóricos da época, com Bernstein e Tugan-Baranovsky, que tentavam revisar a metodologia e a teoria marxianas, respectivamente.

### 3.1.1. *A Acumulação: o problema*

Na primeira parte do livro, Luxemburg determina seu “objeto de investigação”, explicando os conceitos básicos do modo de produção capitalista de acordo com a teoria de Marx e também os progressos deste autor para a análise da economia política a partir dos clássicos e fisiocratas.

Partindo do materialismo histórico como método de análise, em seu primeiro capítulo - “Objeto da Investigação” -, Luxemburg vai do geral para o específico, das condições gerais de sobrevivência em qualquer sociedade humana para aquilo que é específico no capitalismo,

---

301 MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 533-4. Ver também LÖWY, Michael (1975)

302 Segundo Isabel Loureiro, a relação entre consciência e processo objetivo é o problema central do pensamento político de Luxemburg. A questão abrange também seu pensamento econômico, não sendo possível separá-lo do político, uma vez que entende o marxismo como práxis. LOUREIRO, 1995.

mostrando a historicidade desse modo de produção. Durante todo o livro, Luxemburg toma o cuidado de fazer essas diferenciações, enfatizando aquilo que é geral e aquilo que é historicamente determinado. Assim, a reprodução

(...) tomada literalmente, é simplesmente reiteração, repetição, renovação do processo de produção. (...) Em primeiro lugar, a repetição regular do processo de produção é o pressuposto geral e fundamentado de um consumo regular; com isso, constitui a condição prévia para a existência cultural da sociedade humana sob todas as formas históricas. (...) Mas é somente com a agricultura, com a domesticação de animais e com o pastoreio visando o suprimento de carne que se torna possível o ciclo regular de consumo e produção, característico da reprodução. Nesse sentido, o conceito de reprodução significa algo mais do que a simples repetição; ele já pressupõe (...) determinado grau de produtividade do trabalho.<sup>303</sup>

A reprodução como repetição é condição de existência para qualquer sociedade humana em qualquer tempo histórico, no entanto, ela não é apenas a reiteração regular das condições de vida, ela é a reprodução consciente dessas condições e, nesse sentido, demanda determinado grau de domínio da natureza, ou seja, produtividade do trabalho. Diversas sociedades desenvolveram graus diferentes de produtividade, diferentes ferramentas e, portanto, distintas formas de reprodução; no entanto, há dois pressupostos básicos gerais: meios de produção e mão de obra preexistentes e em quantidade determinada. Ou seja, antes de se iniciar um processo de reprodução é necessário que existam ferramentas, matérias-primas e pessoas para trabalhar em determinada proporção, ou um número suficiente de cada um desses elementos para a reprodução da mesma quantidade de objetos.

E qual a especificidade da produção capitalista?

A sociedade capitalista entra em contradição com esses pressupostos, pois, às vezes, existem os meios e a mão de obra necessários, no entanto, a reprodução não acontece, porque o motor dessa sociedade é o lucro: se há condições para a produção, mas não para a realização de valor excedente, ela não acontece. A realização dos produtos, ou seja, sua troca por dinheiro, é condição para a reprodução no capitalismo, mais ainda, sua realização com lucro!

Além disso, ao analisar o modo de produção capitalista é preciso ter em conta que a sua reprodução acontece por ramos independentes entre si e apresenta ciclos de crescimento e recessão, não ocorrendo de forma contínua porque de tempos em tempos afloram as contradições entre a produção independente e as necessidades sociais, causando as crises.

Por esses motivos, a reprodução capitalista tem duas particularidades: 1) inclui a circulação, o processo de troca; 2) a inconstância, “alternância periódica de expansões

---

303 LUXEMBURG, Rosa. *Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p.7-8



maiores da reprodução e suas contrações até a interrupção parcial, ou o que se denomina o ciclo periódico de conjuntura recessiva, auge de conjuntura e crise, é a particularidade mais marcante da reprodução capitalista<sup>304</sup>.

Alguns textos de Luxemburg, até esse momento, falavam marginalmente das crises, muitas vezes através de termos como anarquia capitalista ou colapso<sup>305</sup>. Em sua brochura *Reforma Social ou Revolução? (RR)*, ela fala do papel das crises procurando mostrar, contra Bernstein, que elas eram um fenômeno intrínseco ao capitalismo, resultado da contradição entre produção e consumo, e que o sistema de crédito aguçava essas crises e não as amenizava, como queria o autor de *Voraussetzungen...*

Nas suas aulas da escola do partido, datilografadas e guardadas no Fundo Rosa Luxemburg do *Bundesarchiv* em Berlim, há uma história das crises na segunda metade do século XIX que corresponde aos manuscritos encontrados no mesmo fundo<sup>306</sup> e seguem um padrão: primeiro, abertura de fronteira para o capital seguida de investimentos europeus aumentando a demanda por mercadorias provenientes de países desenvolvidos e também especulação e empréstimos. Em algum momento aquela demanda é saturada e ocorre a crise, resolvida com a destruição de capital e abertura de um novo ciclo de expansão.

A descrição das crises nessas anotações preocupa-se com o papel do Estado, dos empréstimos e das tarifas alfandegárias, assim como na brochura de 1899. Alguns de seus escritos com análises econômicas buscam entender o papel desses agentes na política mundial do período<sup>307</sup>, pois eram temas da ordem do dia não só para a esquerda, mas também para a política de Estado, neste novo contexto de concorrência internacional entre potências.

Assim, as crises a partir de 1857, a primeira crise mundial segundo Luxemburg<sup>308</sup>, seguem um padrão de expansionismo através, principalmente, dos transportes e da abertura violenta de fronteiras, paralelamente a investimentos bancários que geram a especulação. Se em um primeiro momento há uma expansão da demanda, ela se contrai assim que a produção chega a seu auge, ou por causa do desenvolvimento técnico ou por revezes da natureza. Nesse

---

304 Idem, p. 10.

305 O texto *Im Rate der Gelehrten* (in: LUXEMBURG, Rosa. GW, 1974, v. 1/2, p. 382-390) trata do debate das crises em 1903/4, especialmente a escola histórica alemã e Tugan-Baranovsky. E os textos *Friedensutopien* e *Um Marokko* tratam de anarquia da produção no contexto da crise do Marrocos de 1911 (In: LUXEMBURG, Rosa. GW, 1981, v. 2, p. 491-504 e LUXEMBURG, Rosa. GW, 1980, v. 3, p. 5-11; respectivamente).

306 BArch, NY 4002/16, Bl. 106-140 e NY 4002/75, fol. 34-39 e 43-59.

307 Vide os *Wirtschaftliche und sozialpolitische Rundschau* citados no capítulo anterior.

308 Em *A Era do Capital*, Hobsbawm considera o alcance global dessa crise que foi apenas uma pausa no processo de crescimento da época, mas teve impacto político com o crescimento dessas atividades nos anos 1860. Ver HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

momento ocorre a crise, que destrói capital para reiniciar novamente o processo de expansão<sup>309</sup>.

No entanto, diferente do que os teóricos fizeram até ali, em *Acumulação* Luxemburg não priorizou o estudo das crises, porque “a alternância conjuntural periódica e as crises constituem a forma específica do movimento no modo de produção capitalista, mas não o movimento em si”<sup>310</sup>. Para entender o problema da reprodução capitalista era preciso estudá-la em sua regularidade, como ela acontece sem perturbações, na média. Os trabalhos até então tinham se perguntado por que as crises ocorriam, se a reprodução capitalista seria possível ou não, e dessas perguntas decorreram uma série de teorias sobre a (im)possibilidade da reprodução. Ao contrário, Luxemburg tentaria entender a reprodução em seu próprio movimento e nele demonstraria os limites objetivos do capital. As crises eram intrínsecas a ele; o crescimento só poderia, portanto, ser visto em uma média das oscilações de alta conjuntura e crise.

Em 1899, ela disse que as crises eram a forma de resolução da contradição entre produção e consumo, e em seus estudos, que devem datar entre 1907 e 1912, as crises aparecem como colapsos momentâneos.

1834 faliram nos Estados Unidos 618 bancos ..... Na Inglaterra, não houve bancos quebrados, apenas grandes dificuldades, mas foi a indústria de algodão a que mais sofreu com esse colapso, porque ela era a principal exportadora para os Estados Unidos. Houve um grande desemprego, uma pressão sobre os salários e essa crise contribuiu muito para a agitação do movimento cartista.<sup>311</sup>

Nos Estados Unidos começa [sic] o colapso [*crise de 1873*] em uma firma que havia iniciado a construção de ferrovias. Então, ele foi se reproduzindo sozinho. (...) A quebra americana, naturalmente, repercutiu também na Alemanha e Áustria, fortalecendo o colapso.<sup>312</sup>

---

309 De acordo com a aula sobre “*Praktische Nationalökonomie. 2. band des 'Kapitals' von Marx*”, Luxemburg estabelece as seguintes datas de crises para o século XIX: 1815, 1825, 1836-39, 1847, 1857, 1864-66, 1873, 1882, 1891-92, 1893, 1895, 1900/01, 1907. BArch NY 4002/16, Bl. 122. Essa lista não é muito diferente da que consta no manuscrito em BArch NY 4002/75, Bl.35.

310 LUXEMBURG, Rosa. *Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 10

311 “1834 fallierten in den Vereinigten Staaten 618 Banken..... In England gab es zwar keine Bank-Bankerotte, nur grosse Schwierigkeiten, aber am meisten litt unter diesem Zusammenbruch die Baumwollindustrie, da sie die Hauptexportindustrie nach den Vereinigten Staaten war. Es ergab sich eine grosse Arbeitslosigkeit, ein Druck auf die Löhne, und diese Krise trug sehr stark zur Belebung der chartistischen Bewegung bei”. In: *Praktische Nationalökonomie. 2. band des “Kapitals” von Marx*. BArch, NY 4002/16, Bl. 120.

312 “In den Vereinigten Staaten beginnt der Zusammenbruch [Crise de 1873] an einer Firma, die Eisenbanbauten unternommen hatte. Dann pflanzt er sich von selbst weiter fort. [...] Der amerikanische Krach wirkte natürlich auch auf Detuschland und Oesterreich zurück und verstärkten Zusammenbruch.” in: *Praktische Nationalökonomie. 2. band des “Kapitals” von Marx*. BArch, NY 4002/16, Bl. 133.

Ela identifica, até aqui, o colapso com as crises, apresentando-o como um momento de quebra seguido de renovação, estreitamente relacionado às ascensões do movimento operário. Já em *Acumulação*, é o colapso como tendência e não como sinônimo de crise que toma o primeiro plano: ele não é um momento que antecede a renovação do capitalismo, mas sim a sua destruição, é parte da própria estrutura de reprodução e é latente na constituição do sistema. Desta forma, ela inverte o sinal da pergunta “o que torna o capitalismo possível?” e procura entender o que possibilita seu desmantelamento<sup>313</sup>, por isso, volta-se para a organização interna do modo de produção e não para aquilo que o regeneraria.

A autora delimita, então, a reprodução ampliada capitalista - a acumulação - como seu tema. Essa reprodução, historicamente determinada, é a ampliação da produção através do reinvestimento nesta de parte da mais-valia pelo dono dos meios de produção, o capitalista. A reprodução ampliada é necessária para qualquer sociedade humana, porque os grupos crescem, suas demandas crescem, é necessário fazer provisões, etc, por isso é importante que a produção cresça. No capitalismo, no entanto, ela aparece como *acumulação de capital*: valor que se valoriza e tem como objetivo se valorizar; as necessidades sociais, portanto, não estão no horizonte a não ser no fato de que a realização do valor só se dá quando o produto tem uma utilidade social, ou valor de uso (que pode ser também forjado nessa formação social).

Assim, a mais-valia capitalizada deve assumir “a forma concreta que lhe permita viabilizar-se como capital produtivo, isto é, como capital gerador de nova mais-valia”<sup>314</sup>, ou seja, meios de produção e força de trabalho, capital constante e capital variável. Mas para isso precisa encontrar no mercado esses meios na forma material, concreta, em que planejou realizar sua produção; além disso, precisa encontrar também no mercado a força de trabalho em quantidade suficiente; por fim, é preciso que os produtos adicionais correspondentes à fração da mais-valia se realizem.

Assim, ela elenca cinco condições para a reprodução ampliada capitalista:

---

313 Ver KRÄTKE, 2006.

314 LUXEMBURG, op. cit, 1985, p. 15.

5. produção de mais-valia;
6. realização da mais-valia, ou seja, sua transformação em dinheiro;
7. o capital adicional tem que assumir a forma produtiva: meios de produção e força de trabalho;
8. o capital destinado à força de trabalho deve ter, circulando no mercado, seu correspondente em produtos para a subsistência dos trabalhadores;
9. a nova produção tem que ser realizada, transformada em dinheiro, para que possa ser reconvertida em capital novamente<sup>315</sup>.

Até aqui, Luxemburg trabalha com os pressupostos de Marx para a reprodução ampliada, encontrados já no Livro I, na seção VII “O processo de acumulação”. No entanto, neste livro, Marx abstrai o processo de circulação, tratando do tema como mero processo de produção; ele inclui a circulação apenas nos rascunhos para o Livro II, quando trata da reprodução social. Rosa transita, em consonância com o Livro II, entre a produção e a circulação, porque, como vimos, a reprodução capitalista abrange as duas esferas. Para que ela ocorra são necessários meios de produção e força de trabalho em quantidades suficientes. Tais elementos são encontrados no mercado, no entanto, é na produção que se produz a mais-valia realizada na circulação. Por isso, o movimento sai sempre de uma esfera para a outra, sendo impossível analisá-lo sem levar em consideração as duas.

Inicialmente, Luxemburg analisa a acumulação do ponto de vista do capital individual, o que a leva a formular a pergunta como segue: diante de um modo de produção sem planejamento, como pode o capitalista encontrar no mercado a mão de obra, os meios de produção e a demanda em escalas crescentes?

Essa questão leva à apresentação da categoria “capital social total” para conseguir entender a produção social total. Por isso, ela segue para a análise de François Quesnay, “pai da escola fisiocrata”, e de Adam Smith, mestre da economia clássica e da teoria do valor. Ambos desenvolveram análises sobre a reprodução social sendo, assim, o ponto de partida para entender o desenvolvimento da categoria do capital social total.

Quesnay introduz a categoria acima e sua reprodução, processo que seria parte da esfera da circulação. No entanto, ele entende a reprodução como um processo sem contradições ou problemas, além de acreditar, como toda a escola fisiocrata, que apenas os agricultores seriam um setor produtivo na sociedade, ou seja, a agricultura produziria todo o valor social e a partir dela se iniciaria o processo de circulação das mercadorias, a partir do qual se daria a reprodução.

---

315 Idem, p. 16.

Já Smith seria confuso e concluiria que não existe capital social total e todo o produto social se dividiria em salários, lucros e renda fundiária, ou capital variável e mais-valia. O capital estaria imobilizado nos meios de produção, não entrando na conta total. Além disso, o que é capital para um seria renda para outro, podendo resumir o produto social total em  $v + m$  (capital variável e mais-valia).

Apesar de ignorar a importância do capital constante na reprodução social, Smith teria feito avanços importantes inserindo conceitos como capital fixo e circulante, além do desenvolvimento da teoria do valor, compreendendo-o como resultado do trabalho humano. No entanto, não o caracteriza como uma relação social determinada historicamente, pois todo trabalho humano produziria valor, o que transforma a sociedade de trocas e a mercadoria em essência dos homens<sup>316</sup>.

O problema aqui, prossegue Luxemburg com Marx, é que Smith não percebe o duplo caráter do trabalho produtor de mercadorias: útil e abstrato. No capitalismo, o trabalho, como trabalho útil, cria valores de uso necessários à reprodução em sua forma material concreta, mas há também o trabalho abstrato, genérico, que cria valor mas também transfere. Assim, as novas mercadorias produzidas com trabalho humano tem o valor novo criado, mas também o valor antigo dos meios utilizados para a sua produção. Portanto, é necessário incluí-los na conta do produto social total, terminando com a fórmula  $c + v + m$ , onde (c) é o capital constante, (v) o capital variável e (m) a mais-valia.

Essa ligação específica de cada período produtivo anterior com o seguinte, que constitui a base geral e eterna do processo de reprodução social e que consiste no fato de parte do produto de cada período ser destinada a constituir os meios de produção para o próximo, aos olhos de Smith desaparece totalmente.<sup>317</sup>

Na verdade, do ponto de vista da circulação e do uso, a diferenciação entre trabalho pago e não-pago não tem importância, ela expressa uma relação de exploração entre capitalista e trabalhador. O que é fundamental, no entanto, para o uso da mercadoria é sua forma como meio de produção ou subsistência.

Saber se, na produção da máquina, foi empregado trabalho pago ou não-

---

316 Na análise entre Quesnay e Smith, há grandes diferenças entre Rosa e Marx. Ela aponta maiores avanços em Smith do que Marx; este acha que os fisiocratas, apesar de usarem outra nomenclatura, avançaram mais sobre a questão da reprodução social, pois definiram adiantamentos originais e anuais de acordo com a forma como entram no valor do produto, equiparando-se a capital fixo e capital circulante; enquanto Smith faz uma análise confusa desses conceitos, essencializando-os e tratando-os apenas como resultado da sua circulação ou não. Assim, em Smith, capital fixo não circula e, portanto, não entra no valor do produto, e capital circulante é tudo aquilo que faz parte da troca.

317 LUXEMBURG, ROSA. *Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 35

pago, só tem significado para o fabricante da máquina e para os trabalhadores. Para a sociedade que adquire a máquina por meio da troca, só tem importância suas propriedades na qualidade de meio de produção, função que exerce no processo de produção.<sup>318</sup>

A reprodução social só poderá ocorrer se esses meios de produção existirem em determinada quantidade, mais um motivo pelo qual eles devem ser inseridos na análise do processo social total. Ao se incluir o capital constante na análise, deve-se estudar a teoria marxista, pois foi a partir dela que este capital passou a ser considerado. Assim, do capítulo 4 ao capítulo 9 da sua obra, Luxemburg dedica-se a estudar a reprodução deste ponto de vista, desde a reprodução simples até a ampliada, explicando diversos conceitos: capital constante e variável, mais-valia, mercadoria, reprodução ampliada, etc. E, apesar de citar em algumas passagens a seção sobre acumulação do Livro I de *Das Kapital*, o foco da análise é o Livro II, porque é nele que Marx trabalha com o capital social total, enquanto no primeiro permanece sob o ponto de vista do capitalista individual<sup>319</sup>.

Daqui em diante, Luxemburg sai da categoria de capital total (*Gesamtkapital*), que é o capital total do capitalista individual, para a de capital social total (*gesellschaftliches Gesamtkapital*). Vimos que o primeiro capítulo trabalhou com o primeiro conceito e o problema apareceu da seguinte forma: em uma sociedade não regulada, em que se produz individualmente sem qualquer tipo de contabilidade social, como é possível “assegurar ao capitalista quantidades crescentes de meios de produção, mão-de-obra e possibilidades de venda para suas mercadorias, de acordo com suas necessidades respectivas de acumulação, isto é, em determinadas proporções e tipos?”<sup>320</sup>. Nos dois seguintes, ela faz uma análise crítica de Smith e insere o capital social total, necessário à análise da acumulação, e chega a expressão geral  $c + v + m$ .

As relações existentes nessa expressão representariam qualquer sociedade (relações entre meios de produção, força de trabalho e mais-trabalho), sendo mais condizentes com sociedades planejadas, pois no capitalismo não há nenhum tipo de regulação, os produtores individuais se relacionam apenas no mercado e ali experimentam a satisfação das necessidades sociais. Seria, então, o capital social total uma ilusão estatística? Não, porque a *taxa média de lucro* “domina por completo o movimento aparentemente independente dos capitais individuais”<sup>321</sup>, ela determina quanto cada capital terá de lucro independente de

---

318 Idem, p. 35

319 Na verdade, na Seção VII do Livro I, ele fala também da reprodução capitalista como classe. No entanto, é só no Livro II que a perspectiva social total entra em foco.

320 LUXEMBURG, op. cit., p. 17

321 Idem, p. 39

quanto cada um produziu e se expressa na relação entre a mais-valia e o capital social total, ou seja,  $m/(c+v)$ . Além disso, para o capital social total importa a forma material de cada um desses componentes e sua proporção, porque a forma concreta dos produtos determina a reprodução. Por isso, é necessário dividir a produção social em dois departamentos: meios de produção (I) e meios de subsistência (II).

Rosa apresenta, então, as relações que Marx estabeleceu entre os dois departamentos:

$$\text{Dep. I} \quad c^1 + v^1 + m^1 = T^1$$

$$\text{Dep. II} \quad c^2 + v^2 + m^2 = T^2$$

Para que a reprodução simples ocorra, temos que:

$$T^1 = c^1 + c^2$$

$$T^2 = v^1 + m^1 + v^2 + m^2$$

$$c^2 = v^1 + m^1$$

No entanto, para Luxemburg, a reprodução simples é uma ficção, pois toda e qualquer sociedade precisa ampliar sua produção, a diferença é que no capitalismo a ampliação é impulsionada pelo lucro e não pelas necessidades sociais. “A reprodução simples só pode ser concebida em alternância periódica com a reprodução ampliada”<sup>322</sup>, porque após determinado tempo, os meios de produção como um todo deverão ser trocados, o que exige um aumento na produção em determinado período<sup>323</sup>. Além disso, grandes obras como a construção de ferrovias só se realizam se há grande dispêndio de trabalho de uma vez em curto período de tempo, o que sairia do esquema da reprodução simples. Luxemburg observa uma contradição entre a forma do capital fixo e a reprodução simples, pois aquele precisaria de grandes quantidades de trabalho de uma vez, ou seja, reprodução ampliada<sup>324</sup>. A necessidade de ampliação de tempos em tempos da produção e o progresso técnico exigem que se passe à reprodução ampliada.

Antes de analisar a reprodução ampliada em Marx, Luxemburg passa pela “circulação

---

322 LUXEMBURG, Rosa. *Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 47.

323 Essa avaliação é feita por Marx em alguns momentos do Livro II. A reprodução simples e a reprodução ampliada são alternadas no capitalismo. Por isso, ele diz: “A reprodução simples em escala constante aparece como uma abstração, à medida que é estranho supor, de um lado, na base do sistema capitalista, a ausência de toda acumulação ou reprodução em escala ampliada e, de outro, as condições em que se produz não permanecem absolutamente iguais em diversos anos. (...) Entretanto, à medida que ocorre acumulação, a reprodução simples constitui sempre parte da mesma podendo, portanto, ser examinada em si mesma e é um fator real da acumulação.” In: MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro segundo. São Paulo: Nova Cultural, 1988, v.3, p. 276.

324 Para Rosa, Marx teria tratado dessa contradição apenas indiretamente, quando fala da necessidade de superprodução relativa ou estoque de capital produtivo para a renovação de capital fixo. O que ele fala, na verdade, é que uma desproporção entre capital fixo e circulante não é a causa das crises, como querem os economistas burgueses, mas necessária para a renovação periódica do primeiro.

do dinheiro”. Ela guia-se pela análise de Marx na terceira seção do Livro II “A Reprodução e a Circulação do Capital Social Total”. Ainda na esfera da reprodução simples, a questão monetária (circulação, reposição material, entesouramento e capitalização) é recorrente, tratando-se de um ponto central para a reprodução.

Até aqui, Luxemburg frisou em diversos momentos que, para a reprodução ocorrer, a mercadoria deve se realizar no mercado, transformar-se em dinheiro, forma pura do valor. Neste momento, ela analisa o dinheiro 1) do ponto de vista da *reprodução simples* e 2) como meio de troca. É importante, por isso, fazer uma ressalva sobre a tradução que utilizamos.

Na tradução de *Acumulação* da editora Nova Cultural de 1985, encontramos:

Até agora, ao considerar o processo de reprodução, prescindimos totalmente da circulação do dinheiro. Não prescindimos dele como representação de valor e medida de valor; pelo contrário, todas as relações do trabalho social foram supostamente expressas e avaliadas em dinheiro, enquanto meio de troca.

No entanto, na nossa tradução do original em alemão, teríamos:

Até agora, na consideração do processo de reprodução, abstraímos totalmente da circulação de dinheiro. Não [*abstraímos*] do dinheiro como representação do valor e medida de valor; pelo contrário, todas as relações do trabalho social foram tomadas e medidas como expressas em dinheiro. Agora, é também necessário provar o esquema dado da reprodução simples do ponto de vista do dinheiro como meio de troca.<sup>325</sup>

A última frase, não traduzida na versão editada, parece-nos importante para entender do que trata o capítulo, tão criticado por outros teóricos: trata-se de entender o dinheiro como meio de troca no esquema da reprodução *simples*, sem deixar de lado outros papéis que cumpre, principalmente como capital monetário. Aqui, o principal problema a ser analisado é a (re)produção do material monetário.

No capitalismo, é fundamental o fato de os operários não receberem seu salário em produtos, mas através de um vale que precisa ser trocado no mercado, o dinheiro. “A venda de energia de trabalho e a livre compra de meios de consumo pessoal pelos trabalhadores são os aspectos decisivos do modo de produção capitalista. Ambos se expressam e são mediadas pela *forma de dinheiro* do capital variável  $v$ ”<sup>326</sup>. Portanto, o dinheiro (capital monetário) entra em circulação como pagamento dos salários, ou como diz Marx: “O processo de reprodução é

---

325 “Bis jetzt haben wir bei der Betrachtung des Reproduktionsprozesses von der Geldzirkulation ganz abgesehen. Nicht vom Geld als Wertdarstellung und Wertmesser; alle Verhältnisse der gesellschaftliche Arbeit wurden vielmehr als in Geld ausgedrückt angenommen und gemessen. Nun ist es auch notwendig, das gegebene Schema der einfachen Reproduktion vom Standpunkt des Geldes als Austauschmittel zu prüfen.” LUXEMBURG, Rosa. GW, 1985, v. 5, p. 66.

326 LUXEMBURG, op. cit., 1985, p. 49.



iniciado com a compra da força de trabalho por determinado tempo”<sup>327</sup>. Terminada a circulação, ele sempre retorna ao seu ponto de origem, o capitalista, e com ele torna-se capital que será trocado por mercadorias e, assim, sucessivamente; dinheiro e mercadoria estão em constante movimento, trocando de posições, perfazendo a circulação do capital entre capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria.

O dinheiro possui uma forma física que precisa ser reposta, é um meio de troca ou meio de circulação e é sobre essa reposição que Luxemburg diverge de Marx, dizendo que a produção de ouro como dinheiro não pode estar atrelada ao departamento I, ela precisa constituir um terceiro departamento. Primeiro porque colocá-la no departamento I geraria um déficit na reprodução de meios de produção de I e II e, segundo, porque os esquemas de reprodução simples servem a uma economia planejada como a socialista para a qual o dinheiro não tem importância, por isso, seria melhor expresso como algo separado, diferindo do esquema genérico.

Apresenta-se até aqui uma reprodução sem contradições, sem distúrbios, que ocorre sem problemas; mas, na prática, existem flutuações de preços, de lucros, capitais passando de um ramo a outro, crises. É que o “esquema representa uma média social” e tem a circulação como a intermediária do processo total de reprodução. Segundo Luxemburg, se a questão fosse elaborada do ponto de vista das crises tudo se resumiria à relação produção-demanda, o que não elucidaria a acumulação.

Do exposto até aqui podemos ver que o problema da reprodução do capital social não é coisa tão simples, como freqüentemente é visto sob o ponto de vista exclusivo da crise e sob o qual a questão se coloca mais ou menos em termos de: como é possível que em uma sociedade não planejada e composta de inúmeros capitais individuais as necessidades totais possam ser cobertas por intermédio de sua produção total? Sob esse mesmo prisma então se espera que os sinais de oscilação constante da produção em função da demanda, isto é, a mudança cíclica da conjuntura, forneçam a resposta. Essa concepção que aborda o produto social total como um misto homogêneo de mercadoria e necessidade social, e o faz de maneira confusa, igualmente deixa de lado o mais importante: a diferença específica que caracteriza o modo de produção capitalista.<sup>328</sup>

Do ponto de vista das crises, a questão pareceria um problema de oferta e demanda, característico das teorias liberais e que Marx critica no *capital*. Por isso, é necessário impor uma média à reprodução capitalista para que seja possível perceber seu movimento real, entre as esferas da produção e circulação.

<sup>327</sup> MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro Primeiro. São Paulo: Abril Cultural, 1984, v. 1/ t.2, p. 154.

<sup>328</sup> LUXEMBURG, Rosa. *Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 56.

Mas, mesmo impondo uma média, a reprodução simples nem de longe corresponde à acumulação capitalista, pois esta se caracteriza fundamentalmente pela ampliação, porque o objetivo deste modo de produção é a valorização do valor em escala sempre crescente. Isso se manifesta na alteração da composição orgânica do capital, que é maior investimento em capital constante em relação ao capital variável. É o que Marx apresenta no Livro I e que Luxemburg repete no capítulo 6, “A Reprodução Ampliada”, de seu livro. O resultado disso é que a aceleração da acumulação repõe as condições geradoras do capitalismo, a separação do trabalhador dos meios de produção, aumentando cada vez mais a miséria e o exército industrial de reserva.

Essas condições servem aos pressupostos da acumulação: meios de produção, meios de subsistência e força de trabalho adicionais e capitalização crescente de parte da mais-valia em vez de consumi-la, diferença fundamental com a reprodução simples, na qual os capitalistas consumiam-na totalmente.

Nos esquemas de Marx, a composição orgânica e as taxas de mais-valia e de capitalização anuais estão estabelecidas e a acumulação ocorre indefinidamente, sem conflitos. Para Luxemburg, era preciso buscar as condições concretas da acumulação, essenciais para entender seu movimento. Não bastavam os esquemas. Eles mostrariam determinadas relações quantitativas, mas para a reprodução do capital social total o valor de uso deve ser levado em consideração, pois a troca das mercadorias na sociedade ocorre de acordo com a utilidade delas. Para Rosa, seguindo Marx, é preciso ter em conta essa forma material do valor na análise da reprodução ampliada; essas formas devem corresponder às necessidades daqueles que os realizarão, tanto no modo de produção capitalista como em outros.

Analisando os esquemas de Marx do Livro II, Rosa observa que eles explicam uma certa relação entre os departamentos I e II submetendo a acumulação de II a I, ao obrigá-lo a incorporar todos os meios de produção a capitalizar de I, produzindo determinada quantidade de meios de consumo para realizar a acumulação de I. O departamento I acumula muito mais rápido que o II, apesar de Marx dizer que é necessário o contrário. A questão é resolvida quando ele estabelece igual composição orgânica de capital em I e II. A partir daí, ambos departamentos acumulam metade de sua mais-valia. Luxemburg não se satisfaz com essa resposta, pois ela pressupõe que a demanda crescente para a ampliação encontra-se no consumo dos trabalhadores, no aumento de capital variável o que, para ela, é incompatível com o capitalismo.

Além disso, o esquema de Marx pressupõe a troca direta de produtos entre I e II e a

reprodução capitalista exige a transformação em dinheiro. A questão toda para Rosa é a necessidade da troca por dinheiro, da realização na forma do equivalente universal. I e II não poderiam ser suas respectivas demandas porque antes de II inserir os produtos de I na sua produção, I precisa vender esses meios, trocá-los por dinheiro; no entanto, quem os compra? Assim, no segundo exemplo de Marx, temos:

$$\text{I. } 5.000c + 1.000v + 1.000m = 7.000$$

$$\text{II. } 1.430c + 285v + 285m = 2.000$$

$$\text{Total} = 9.000$$

500mI será capitalizada sendo: 417 para Ic e 83 para Iv. Segundo Marx, para que 83Iv entre na produção, I adianta capital aos trabalhadores que compram 83 em meios de consumo de II. Com esse capital adiantado, II compra 83 em meios de produção que serão incorporados ao seu novo capital constante. Assim, o capital adiantado retorna a seu dono inicial e o capital social total pode circular com uma massa monetária diferente de seu valor total.

Rosa não vê sentido nessa operação, porque o estímulo à acumulação se encontraria no consumo do trabalhador, este constituiria a demanda crescente, o que do ponto de vista do capitalismo não teria sentido. Ela pressupõe que para aqueles 83 serem adicionados ao capital variável de I deve existir um mercado anterior a ser atendido. Ela parece entender a rotação do capital de maneira diferente de Marx. Este induz a realização dos 83v<sup>1</sup> adicionais no mesmo ano iniciando o trabalho antes que o capital tenha completado sua rotação; enquanto para Rosa os 83v<sup>1</sup> em mercadorias precisam ser realizados antes de serem incorporados na produção como (v) adicional no ano seguinte; dessa forma o novo período de trabalho só pode começar depois de terminada a primeira rotação do capital, por isso a demanda não pode vir do trabalhador. Enquanto Marx separa períodos de rotação de capital de períodos de trabalho, Luxemburg parece fazer coincidir os dois<sup>329</sup>.

O esquema faz girar dentro de uma sociedade puramente capitalista toda a reprodução ampliada, o que para Rosa seria impossível, pois, no capitalismo, a reprodução tem como sua condição fundamental “a realização da mais-valia em sua forma pura de valor”<sup>330</sup>, ou seja,

---

329 Para Marx, a reprodução do capital social total atua conforme o ciclo M'...M', pois este é o movimento da mercadoria e nele se demonstra o que acontece com cada parte do valor desse produto global, importando o consumo produtivo e pessoal. Assim, sua rotação não necessariamente, ou quase nunca, se iguala ao período de trabalho. As diferenças nos tempos de rotação são transformadas em médias na análise da reprodução social. No entanto, ela continua diferindo do período de trabalho e se entrelaçando a ele. Quando um período de trabalho recomeça, a rotação ainda não se encerrou. Luxemburg parece considerar que o período de trabalho só recomeça quando a rotação termina, daí a necessidade de transformação de toda a mais-valia a capitalizar em dinheiro antes de reiniciar a produção.

330 LUXEMBURG, Rosa. *Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 80

dinheiro<sup>331</sup>. Para tanto, é necessário que haja demanda. Portanto, quem compra a mais-valia ampliada?

Note-se que ela se equivoca ao exigir de um esquema matemático uma correspondência imediata com a realidade quando este não era o objetivo de Marx. Veremos depois que ela mesma demonstra ter consciência disso.

Segundo Luxemburg, não são os operários nem os capitalistas que compram a mais-valia. Os primeiros resumem seu consumo ao valor equivalente ao capital variável. Os segundos consomem parte da sua mais-valia, mas a parte que é reinvestida, acumulada, não pode ser consumida por eles mesmos, se não voltariam à reprodução simples. Assim, “a acumulação só pode efetivar-se na medida em que o mercado cresce fora dos Departamentos I e II”<sup>332</sup>.

As tentativas de Marx de resolver o problema da realização não foram suficientes para ela, o erro é que ele não partiu da demanda, mas da origem do dinheiro necessário para a realização. A origem do dinheiro seria muito clara: está com o consumidor, mas onde está este consumidor? Onde se encontra “a utilização possível da mercadoria”<sup>333</sup>?

Do ponto de vista do dinheiro como meio de circulação, o problema inexistente, pois, apesar de ser uma forma necessária, é preciso considerar que sempre haverá material dinheiro suficiente para a circulação das mercadorias na sociedade. Dever-se-ia considerar o dinheiro como circulação de capital, como momento dessa circulação quando ela toma a forma do capital monetário, essencial à acumulação. Só observando o processo de circulação como parte da reprodução social é que se poderia chegar ao problema correto, que não se colocava do ponto de vista da fonte/origem do dinheiro (*Geldquelle*) para a circulação da mais-valia e sim na demanda, na “zahlungsfähig Bedürfnis”<sup>334</sup> e, por isso, a forma concreta das mercadorias importa na análise do capital social total.

Em Marx, a solução não teria se apresentado porque ele não terminou sua obra, sendo o Livro II a parte mais inacabada. Além disso, sua análise do processo de reprodução é

---

331 Jorge Miglioli acentua que não há necessidade de realizar a mais-valia antes de iniciar a acumulação, porque a parcela vendida aos mercados externos e a acumulada não precisam coincidir e se são vendidas para mercados internos a venda e a acumulação são “duas faces, ou dois momentos, de um mesmo fato”. MIGLIOLI, Jorge. *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982, p.169-1711

332 LUXEMBURG, op. cit., 1985, p. 81

333 Idem, p. 95. Na verdade, Marx não levantou o problema da realização, ele queria explicar como funcionava a reprodução do capital constante na acumulação, debatendo com a economia clássica.

334 LUXEMBURG, Rosa. GW, 1985 v. 5, p. 132. Neste trecho, o termo foi traduzido em português como “necessidades sociais efetivas” (LUXEMBURG, op. cit., p. 101). No entanto, o termo *zahlungsfähig* quer dizer capacidade de pagamento, solvente, e *Bedürfnis* é necessidade, o que significaria necessidade solvente ou as necessidades que encontram meios de pagamento. Por tanto, não é qualquer necessidade social, mas aquela que pode ser comprada, realizada em dinheiro; demanda solvente.

dominada pela discussão com Adam Smith acerca de  $v + m$  como representante do produto social total para o último. Marx insiste, então, que no valor das mercadorias, principalmente no processo de reprodução, era preciso repor o trabalho morto, ou seja, (c). Por isso, segundo Luxemburg, o problema da realização teria ficado em segundo plano.

Esse problema se resume a “quem realiza a mais-valia?” e quem são seus compradores. Não podem ser nem capitalistas, nem operários; os primeiros devem deixar de consumir parte da mais-valia para aumentar a produção e os segundos consomem apenas o valor do capital variável. Rosa apresenta então a sua tese: é preciso existir um mercado fora de I e II não apenas para realizar a mais-valia de um ciclo, mas ele deve ter uma expectativa futura para que a mais-valia realizada seja capitalizada. O mercado externo envolve, portanto, realização e investimento.

Do ponto de vista estrutural, essa Seção 1 do livro de Rosa segue a Seção 3 do Livro II de *Das Kapital*. Seu primeiro capítulo “Objeto da Investigação” e o desenrolar do problema são baseados na estrutura de Marx, que começa com o mesmo item no capítulo 18 - “Objeto da Investigação” -, passando por Quesnay e Smith até colocar a sua questão e apresentar os processos de reprodução simples e ampliada na sequência. Luxemburg segue esse roteiro na Seção I para apresentar os problemas da análise marxiana encontrados exatamente naquela Seção 3, a mais inacabada segundo ela mesma.

Mas não foi apenas Marx que se atrapalhou com a reprodução ampliada. Antes dele, o debate entre os economistas burgueses, com pressupostos smithianos, foi intenso e durou décadas a partir de uma questão vital do capitalismo: é possível a sua ampliação ou não?

Essa pergunta perpassou a história da economia política e Luxemburg apresenta esse debate na Seção 2 de seu livro, contribuindo para completar a lacuna na História da Economia Política.

### 3.1.2. A história do problema

Luxemburg começa a história do problema no início do século XIX com a crise de 1815 causada pelo bloqueio continental de Napoleão I à Inglaterra. A Inglaterra acreditava que a revogação do bloqueio abriria uma grande demanda para sua indústria têxtil, mas não levou em consideração que o comércio ilegal para o continente não conseguiria fornecer a quantidade necessária dos produtos, o que incentivou o desenvolvimento da indústria continental, por exemplo na Saxônia, atrapalhando a expansão industrial inglesa<sup>335</sup>. Além disso, as guerras napoleônicas esgotaram o continente, restringindo o mercado.

335 BArch NY 4002/75 Bl.43.

Nas aulas datilografadas, Luxemburg fala que essa crise não era característica da modernidade do capitalismo, porque não seria causada pelas relações econômicas. A primeira crise moderna seria datada de 1825<sup>336</sup>. Nessa época, ela estava mais próxima à análise da primeira edição de *RR*, pois a avaliação acima implica a divisão entre crises da infância e crises da maturidade. No entanto, em *Acumulação* não há referência à essa divisão, e ela argumenta que a crise de 1815 abalou as concepções de que o capitalismo fosse um sistema harmônico e já teve todas as características de qualquer crise capitalista: “mercados saturados, lojas cheias de mercadorias que não encontravam compradores, numerosas bancarrotas, além da miséria gritante das massas trabalhadoras”<sup>337</sup>.

Com o abalo da perfeição capitalista, surgiram as primeiras reivindicações de trabalhadores e os primeiros debates sobre a reprodução social no capitalismo. Os principais representantes do primeiro confronto são Sismondi, Malthus, Say e Ricardo.

Jean C. L. Sismondi<sup>338</sup> foi um suíço que estudou teoricamente os defeitos do capitalismo, ao contrário de Robert Owen que tentou resolvê-los na prática. Segundo Rosa, Sismondi descreve os principais problemas do sistema – ruína da pequena indústria, despovoamento do campo, proletarização, empobrecimento, maquinaria, desemprego, crédito, contrastes sociais, crise e anarquia – mas estava circunscrito ao dogma de Smith, desconsiderando a renovação do capital constante, e via a causa das perturbações na desproporção entre produção e distribuição de renda. Mesmo com esses erros, Sismondi foi o primeiro a identificar o problema: quem realiza a mais-valia?

O suíço deduzira que o limite da reprodução no capitalismo estaria na desigualdade da distribuição e, de acordo com manuscritos de Luxemburg, encontrara uma saída temporária para as crises no comércio exterior<sup>339</sup>, mas “de fato, a teoria sismondiana acaba declarando, em princípio, impossível a acumulação”<sup>340</sup>.

Sismondi caiu no mesmo erro de Smith ao ignorar a renovação do capital constante no produto total e os economistas marxistas invalidaram toda a sua análise por causa disso. No entanto, estes não perceberam que a fórmula do produto social total não era o central, embora essencial, nem para Sismondi, nem para a questão da acumulação, pois a inserção de (c) não

---

336 BArch 4002/16 Bl. 109

337 LUXEMBURG, Rosa. *Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 109. Ver também KOWALIK, 1979.

338 O livro em questão é *Nouveaux Principes d'Économie Politique*, publicado a primeira vez em 1819. Rosa leu a tradução do alemão: *Neue Grundsätze der Politischen Ökonomie*. Trad Robert Prager. Berlin 1901.

339 “Sismondi findet den Ausweg aus der Schwierigkeit im auswärtigen Handel”. BArch NY 4002/75 Bl. 189.

340 LUXEMBURG, op. cit., 1985, p. 119

resolveu o problema da demanda<sup>341</sup>. Tratava-se, em Sismondi, da polêmica com os representantes da escola clássica sobre a impossibilidade ou irrestrita acumulação de capital, que para ele é impossibilidade porque não haveria como realizar a mais-valia.

A partir daí, Luxemburg analisa aqueles com os quais Sismondi polemizava: MacCulloch, Ricardo e Say, representantes da escola clássica e defensores da reprodução ampliada ilimitada no capitalismo.

John Ramsay MacCulloch, inglês, era adepto da escola ricardiana e publicou um texto em outubro de 1819 dirigido contra Robert Owen, mas também respondendo ao livro de Sismondi<sup>342</sup>. Para MacCulloch, não havia contradição entre oferta e demanda, pois a mais-valia<sup>343</sup> seria consumida pelos capitalistas em objetos de luxo. Essa descrição corresponde, para Luxemburg, à circulação simples de mercadorias, processo que não acontece na realidade capitalista. Ele exclui a circulação do dinheiro para chegar a essa conclusão, fazendo parecer que uma mercadoria é paga por outra<sup>344</sup>, quando na verdade a presença do elemento monetário é fundamental para separar compra e venda.

MacCulloch pretendia resolver a questão com o consumo de luxo e o equilíbrio entre agricultura e indústria. Sismondi, por sua vez, conclui que a expansão dos mercados não seria suficiente para resolver as crises pois as regiões periféricas se industrializariam. Afinal, o capitalismo teria a tendência de superar todas as barreiras agravando a concorrência e a anarquia da produção<sup>345</sup>.

Entre 1821 e 1823, David Ricardo apresentou-se também na polêmica Sismondi-MacCulloch<sup>346</sup>, adotando a tese de que a produção acompanhava o consumo, mas, segundo Luxemburg, ele apenas aumenta os valores de uso produzidos sem elevar o valor; do ponto de vista capitalista não há, portanto, ampliação, porque isso significaria aumento dos valores. Na análise de Ricardo, as mercadorias produzidas trocar-se-iam entre si sem problemas, ideia

---

341 A referência aqui é aos marxistas legais russos que ela analisa no final dessa seção. Ela cita Lenin e seus seguidores, especificamente, o texto *Zur Charakteristik der ökonomischen Romantik (Sismondi und unsere einheimischen Sismondisten)* de 1897. A crítica aos marxistas se refere ao fato de eles não perceberem que o central era a questão de quem realiza a mais-valia, e não o problema do dogma de Smith.

342 Texto publicado na *Edinburgh Review*, em outubro de 1819.

343 Observe-se que ele não usava o termo “mais-valia”.

344 Raciocínio semelhante ao que Luxemburg faz em anotações sobre James Mill e as teorias da impossibilidade das crises: Barch NY4002/75 Bl. 136

345 Ver ARTHMAR, Rogério. A Economia Clássica contra os fatos ou Sismondi entre Ricardianos. *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 18, n. 2 (36), ago 2009, p. 261-285. Ver também LUXEBURG (1985), p. 128.

346 O texto de referência é a terceira edição (1821) de *Princípios da Economia Política e Tributação*, de David Ricardo. Ela utilizou a tradução alemã de Eduard Baumstark de 1877 - *David Ricardo's Grundgesetze der Volkswirtschaft und Besteuerung*.

filiada ao pensamento de Jean-Baptiste Say<sup>347</sup> - o último desta escola –, que afirmaria em 1824 que não havia crises, pois não havia contradição entre produção e consumo, a produção seria seu próprio mercado junto com a ampliação da força de trabalho. Funda-se com Say a linha harmonicista.

A ordem dessa primeira polêmica é inversa à influência de seus autores. Temos Sismondi, de um lado, e os harmonicistas, de outro; entre estes Say era considerado o herdeiro de Smith, influenciando Ricardo que, por sua vez, influenciou MacCulloch.

Para Luxemburg, Sismondi era superior aos ricardianos, pois veria o reflexo dos problemas econômicos na realidade, mas o debate de seu tempo se fechava sobre as crises e tinha base no dogma smithiano. Assim, ou se dizia que a acumulação não era possível ou eram as crises que não existiam. No entanto, qualquer uma das opções não corresponderia à realidade.

Luxemburg encerrou o primeiro confronto com Thomas Malthus, que também se contrapunha aos ricardianos, mas era um apologista do modo de produção capitalista, diferente de Sismondi, e via no consumo dos agregados da classe dominante a saída para a acumulação ilimitada. Por um lado, Malthus enfatizaria a necessidade da troca de produtos por dinheiro e não entre si. Por outro, ele observaria somente a troca de mercadorias e não a reprodução social. Sismondi e Malthus teriam em comum a busca por uma solução da acumulação em consumidores que comprem sem vender: o primeiro conclui que há sempre um excedente invendável aliviado pelo comércio externo, o segundo que são classes improdutivas as consumidoras da mais-valia.

O que Rosa faz neste primeiro trecho é confrontar as ideias de Jean Sismondi com a dos harmonicistas ingleses. Os argumentos expressos neste trecho do livro encontram-se como anotações na pasta NY 4002/75 B1 186 a 205 do Fundo Rosa Luxemburg no *Bundesarchiv*. Nesta pasta, encontramos os pontos de destaque da obra de Sismondi para Luxemburg: não inclui o capital constante na reprodução; entende a importância do comércio externo, das colônias para a reprodução ampliada e, o principal, apesar do caminho errado, ele encontra o verdadeiro problema da acumulação - a realização da mais-valia.

A escolha destes nomes não foi aleatória, eles aparecem também no Livro II de Marx e foram escolhidos por este como seus interlocutores, porque herdeiros diretos da obra de Adam Smith e David Ricardo, principalmente. Além disso, para a questão da acumulação, Luxemburg viu neste debate um avanço: a formulação do problema.

---

347 Cita a obra de Say, *Traité d'Économie Politique* (Paris, 1803, v. 1), mas o artigo principal da polêmica foi publicado na *Revue Encyclopédique*, em julho de 1824.



Já no segundo confronto, não houve avanço e nem sequer a identificação da questão. Desenvolveu-se mais ou menos na metade do século XIX entre os anos 1840 e 1860 e foi tributário daquelas ideias iniciais. Rosa contrapõe em três capítulos as ideias de Johann Karl Rodbertus e Julius Hermann von Kirchmann, ambos alemães que viveram no século XIX<sup>348</sup>.

Um pouco antes deste período, o movimento operário fazia seus primeiros levantes. Luxemburg cita os trabalhadores em Lyon, na França, em 1831 e 1834 e os cartistas na Inglaterra em 1836. O desenvolvimento da luta dos trabalhadores deu novo impulso aos estudos teóricos e Rodbertus levou adiante a perspectiva de Sismondi como crítico da produção capitalista.

Ao mesmo tempo em que os trabalhadores se organizavam, as contradições do sistema em seus aspectos econômicos se apresentavam com mais clareza nas crises de 1837, 1839, 1847 e a primeira crise mundial em 1857. Essas conturbações colocaram por terra a teoria dos clássicos da impossibilidade das crises.

A crise de 1857 foi a primeira crise mundial. Em seus manuscritos, Luxemburg descreve o processo que levou à quebra: desde 1846, a Inglaterra estabelecia o livre-comércio, iniciado com a abolição das tarifas para os cereais; ao mesmo tempo, novas minas de ouro foram encontradas na Califórnia e na Austrália e a guerra da Criméia chegou ao fim em 1856. Todos esses acontecimentos abriram novos mercados para a indústria inglesa. No entanto, após as revoluções de 1848, outros países europeus desenvolveram sua indústria e, também por causa das revoluções, investiram seus capitais nos Estados Unidos, iniciando um movimento de especulação e avanço sobre aquelas terras com a construção de ferrovias. Em 1857, um pequeno banco estadunidense quebrou e iniciou o pânico nas bolsas americanas. A queda do preço dos cereais e do algodão, a conexão internacional entre os bancos, os investimentos estrangeiros e a industrialização de outros países fez espalhar a crise, atingindo diversos países como Alemanha, Suécia e Dinamarca<sup>349</sup>.

As teorias de Rodbertus e Kirchmann tinham esse contexto político e econômico como pano de fundo. O primeiro via a origem das perturbações e da miséria na má distribuição de renda, causadas pela redução relativa dos salários na parte do produto total devido à crescente produtividade do trabalho. O segundo vê a causa nos limites do mercado, a falta de consumidores. Assim, apesar de Kirchmann se colocar como opositor de Sismondi, eles encararam a mesma questão e perceberam a importância da abertura de mercados.

---

348 Rodbertus publicou em 1842 o livro *Zur Erkenntniss unserer staatswirthschaftlichen Zustände*. Kirchmann respondeu-o no *Demokratischen Blättern* em dois artigos: “Über die Grundrente in socialer Beziehung” e “Die Tauschgesellschaft”. Rodbertus, então, replicou com *Socialen Briefen* de 1850-1.

349 BArch NY4002/75 BI 46-47.

Para este segundo autor, a solução das crises estaria no consumo de luxo pelos capitalistas, o que tem como consequência, para Luxemburg, a impossibilidade da acumulação em uma sociedade constituída de operários e capitalistas. Por isso, Kirchmann combate o consumo produtivo de mais-valia, mas como era um apologista do sistema, seus pressupostos não contribuíram para o avanço da discussão, pressupondo uma paralisação no desenvolvimento das forças produtivas ao querer parar a acumulação.

Já Rodbertus percebeu a contradição entre produção e consumo, mas via a origem disso na decrescente participação dos trabalhadores no produto total levando à pauperização de grande parte da sociedade. Por este motivo foi visto como o primeiro a falar sobre a piora das condições de vida com o desenvolvimento do capital e é considerado por catedráticos alemães como o pai do socialismo.

Há alguns avanços na análise da reprodução de Rodbertus, especialmente quando aponta a periodicidade das crises e sua intensificação com a expansão do capitalismo, resultados do progresso técnico. No entanto, ele avalia a causa das crises no decréscimo da participação dos salários, aproximando-se das análises de Say e Ricardo de que subprodução de um lado é superprodução de outro. Propõe então a fixação da taxa de salários para conter as crises, mas não percebe que isso pararia a acumulação.

Neste segundo debate, os autores continuam a tentar explicar as crises sem entender que elas são a forma do movimento do capital, como no confronto anterior. Além disso, há uma inversão de valores, von Kirchmann, defensor do capitalismo, aproxima-se mais da análise de Sismondi ao identificar o problema nos limites do mercado do que Rodbertus, crítico do sistema, que retoma concepções ricardianas sem perceber.

Devido à sua posição crítica ao sistema, alguns socialistas de cátedra alemães, e o próprio Rodbertus, insistiram que Marx o plagiara, roubando-lhe a teoria da mais-valia. Engels, então, respondeu no prefácio ao Livro II:

A existência da parcela do valor do produto que agora chamamos de mais-valia havia sido detectada muito antes de Marx; igualmente havia sido expresso, com maior ou menor clareza, em que ela consiste, ou seja, no produto do trabalho pelo qual o apropriador não pagou um equivalente. Mas não se chegou mais longe do que isso. Uns – os economistas burgueses clássicos – no máximo investigaram a proporção em que o produto do trabalho é repartido entre o trabalhador e o possuidor dos meios de produção. Outros – os socialistas – consideraram injusta essa repartição e procuraram meios utópicos para eliminar a injustiça. Uns e outros ficaram presos às categorias econômicas que já haviam encontrado.<sup>350</sup>

---

350 MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro segundo. São Paulo: Nova Cultural, 1988, v.3, p. 15

Até Marx, todos os autores trabalharam com Smith (produto social total =  $v + m$ ) e este já havia apresentado a mais-valia como elemento do modo de produção. No entanto, foi apenas Marx que incorporou o trabalho morto e o capital social total como elementos da reprodução social, promovendo grandes avanços na Economia Política. Com Rodbertus e von Kirchmann terminou o debate da economia burguesa sobre este tema e, a partir de Marx, as discussões mais importantes serão entre economistas marxistas. É à essa a corrente que Luxemburg dedicou o terceiro confronto.

O debate sobre a possibilidade ou impossibilidade da acumulação baseou-se na fórmula  $v + m$  e a confusão de definições entre renda e capital. Depois deles, Marx revolucionou a economia política e demarcou novos parâmetros incluindo a análise do capital social total, como vimos acima. Assim, no terceiro confronto, Luxemburg dedica-se aos teóricos russos, que se consideravam herdeiros de Marx, entre os anos 1880 e 1890, antes que o tema fosse colocado em pauta entre os socialistas alemães.

Os marxistas legais russos e os populistas foram os primeiros a polemizar sobre a análise da acumulação de Marx ao tentarem entender questões concretas da Rússia: afinal, seria ou não possível o desenvolvimento do capitalismo no país? Os populistas responderam à pergunta ceticamente, enquanto os marxistas foram otimistas. Os últimos venceram o debate e suas teorias teriam se espalhado entre os meios marxistas, especialmente a obra de Tugán-Baranovsky, que chegou à Alemanha em 1901, acendendo o debate sobre as crises e os esquemas de reprodução e estimulando ainda mais o revisionismo.

A vitória teórica do grupo marxista não o tornou mais revolucionário que os outros; segundo Rosa, na aurora da revolução, em 1905, a maioria manteve-se em seus jornais e suas revistas, apenas Lenin teria seguido junto do proletariado.

Nesse último confronto, encontramos Vasilii Vorontsov e Nikolai Danielson representando os populistas e Peter von Struve, Sergei Bulgakov e Mikhail Tugan-Baranovsky representando os marxistas.

Para os populistas, a reprodução capitalista interessava para provar a impossibilidade do capitalismo na Rússia devido à falta de mercados. Essa seria, aproximadamente, a teoria de Vorontsov<sup>351</sup>. Segundo Luxemburg, este autor acreditava que o capitalismo poderia existir eternamente dentro de limites nacionais se houvesse melhor distribuição da renda e os capitalistas não capitalizassem; do contrário, o problema da realização da mais-valia não

---

351 Refere-se ao livro de Vorontsov, publicado em 1882, *Schicksale des Kapitalismus in Russland*; artigo publicado na revista *Vaterländische Memoiren* em 1883 “*Der Überschuss bei der Versorgung des Marktes mit Waren*”; artigo publicado em 1889 na revista *Russischer Gedanke*, “*Militarismus und Kapitalismus*”; livro publicado em 1893 *Unsere Richtungen*; livro publicado em 1895 *Umriss der theoretischen Nationalökonomie*.

poderia ser resolvido pelo mercado interno. Por isso, os capitalistas criariam meios de eliminar sua mais-valia, como o militarismo, que seria, deste modo, financiado pelos capitalistas e não pelos operários. Ainda assim, a mais-valia só poderia ser totalmente realizada se houvesse mercados externos e como a Rússia chegara atrasada na industrialização, não haveria mais mercados para ela.

Essa observação sobre os mercados externos é muito semelhante ao próximo populista apresentado por Luxemburg, Nikolai-On<sup>352</sup>. Este autor tentava provar o efeito danoso do desenvolvimento do capitalismo na Rússia e se diferenciaria de Vorontsov porque o desenvolvimento da Rússia, atrasada na disputa mundial por mercados externos, teria como consequência a compressão do mercado interno com o avanço da produtividade do trabalho, que diminuiria a quantidade de mão de obra empregada gerando uma massa de pobres dentro do país. Como a Rússia chegara atrasada na concorrência mundial, o incentivo ao desenvolvimento capitalista ali só trazia miséria. Danielson sugeriria, então, a incorporação dos avanços técnicos modernos à forma de produção dos camponeses russos, ou seja, não realizar a separação entre produtores e meios de produção.

Para Luxemburg, o retorno ao modo de produção camponês proposto por Danielson é reacionário, porque abre mão dos avanços que o capitalismo proporcionou. Para ela, seria necessário transformar este modo de produção e não voltar a roda da história.

Contraopondo os populistas, o primeiro marxista é Peter von Struve. Struve enfatizaria a criação do mercado interno pelo capitalismo para realizar a mais-valia. No livro *Observações Críticas sobre a questão do Desenvolvimento Econômico Russo* de 1894 (publicado em russo), Struve aponta que Danielson observara apenas a pauperização da população, mas não percebera o aspecto econômico disso: o avanço da economia mercantil sobre a economia natural criando um mercado interno através da expansão da economia monetária.

Para Struve, não existiriam apenas capitalistas e operários, era preciso considerar as “terceiras pessoas” que consumiriam o produto referente à mais-valia. Elas seriam funcionários públicos, profissionais liberais, etc. Essas pessoas, no entanto, explica Rosa, participam do consumo de mais-valia do capitalista ou dos salários, portanto, não podem ser elas a realizar a mais-valia a ser capitalizada. Struve acreditaria que o capitalismo poderia se constituir em um espaço fechado por tempo ilimitado, quando, diz Luxemburg, este sistema é

---

352 Nikolai Frantsevich Danielson, primeiro tradutor de *Das Kapital* para o russo, publicou todos os volumes logo após suas edições em alemão. Rosa refere-se a um ensaio seu publicado em 1880 na revista *Slowo*; ao livro de 1893 *Abhandlungen über unsere Volkswirtschaft nach der Reform*.

“por natureza uma produção de âmbito mundial”<sup>353</sup>.

Para Luxemburg, Struve só pode conceber um sistema fechado, porque se concentra, como os populistas, na venda dos produtos e se esquece do abastecimento da produção com meios de produção e força de trabalho, fatores igualmente importantes para o mercado mundial.

Struve também aceita a tosca concepção populista russa que reduz à simples preocupação mercantilista com o “mercado”, principalmente, as conexões internacionais da economia mundial capitalista, com sua tendência histórica de constituir um organismo unitário vivo, baseado na divisão social do trabalho por sua vez baseado na multiplicidade da riqueza natural e nas condições de produção do globo terrestre. Adotando a ficção de Wagner e Schmoller sobre os três grandes reinos mundiais auto-suficientes – Inglaterra e suas colônias, Estados Unidos e Rússia – Struve ignora ou restringe artificialmente o papel fundamental do abastecimento ilimitado da indústria capitalista com gêneros de primeira necessidade, matérias-primas, produtos auxiliares e mão-de-obra, tão importantes para o mercado mundial quanto a venda de produtos acabados.<sup>354</sup>

Aparece, então, Bulgakov, que rejeitaria as teses de Struve e todas as anteriores que procuravam “terceiras pessoas” para resolver a realização. Bulgakov partia do produto social total e sua reprodução, como Marx fez no Livro II, o que o levou a dizer que os mercados externos não são uma exigência para a reprodução social capitalista e que a acumulação poderia ocorrer sem contradições através das trocas entre os departamentos I e II. Segundo Rosa, Bulgakov retornou ao problema de Marx sobre a origem do dinheiro e se em um primeiro momento endossou a resolução dele dos produtores de ouro, logo em seguida a abandona e aponta o crédito como elemento responsável pela circulação.

Para Bulgakov, os autores citados anteriormente erraram porque achavam que o produto social total constituía-se de meios de consumo sem levar em conta a crescente produtividade do trabalho que faz aumentar o capital constante além do variável, diminuindo a capacidade de consumo na sociedade. Por isso, o mercado encontrava-se na própria reprodução ampliada; a produção capitalista é seu próprio mercado<sup>355</sup>.

Por isso, o mercado externo não teria tanta importância para a reprodução, ainda mais que as vendas seriam anuladas pelas importações de produtos de outros lugares, pois os países industrializados comprariam produtos agrícolas de países menos desenvolvidos e vice-versa, tese que Luxemburg assemelha a Friedrich List, derivando o comércio internacional das

---

353 Assemelha-se a MacCulloch e o consumo de luxo e von Kirchmann e o consumo por parasitas.

354 LUXEMBURG, Rosa. *Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 200

355 Solução idêntica a Ricardo e Say

diferentes condições naturais dos países. A consequência dessas ideias de Bulgakov é que alguns países podem ter um desenvolvimento capitalista ilimitado devido às suas condições naturais, outros não.

Para encerrar o debate russo, Luxemburg analisa Tugan-Baranovsky. Este foi o primeiro a publicar sua teoria econômica entre os russos, no entanto, ele aparece mais tarde na Alemanha (1901) e gerou maior polêmica que os outros, talvez por isso encerre a seção.

A diferença de Tugan para Bulgakov, segundo Luxemburg, é que este tenta manter-se fiel à teoria marxista, procurando desenvolvê-la. Já Tugan “critica Marx por não haver sabido aproveitar sua própria análise brilhante do processo de reprodução”<sup>356</sup>. A acumulação, para Tugan, seria totalmente independente do consumo e da renda, porque o mercado da produção capitalista seria sua própria produção, sendo, portanto, ilimitada. A única circunstância que saturaria o mercado seria a falta de proporcionalidade quando da ampliação da produção<sup>357</sup>.

Neste contexto, o comércio exterior adquire um papel dado pela paisagem natural dos diversos países, então, alguns exportam produtos agrícolas para outros que exportam produtos manufaturados, equilibrando as respectivas balanças comerciais, como Bulgakov também acredita.

Ocorre que as oscilações, as crises, são atribuídas por Tugan à falta de proporcionalidade. No entanto, para Rosa, ao se analisar o processo de reprodução deve-se partir de uma média que exclui as crises, pois mesmo que o equilíbrio seja rompido, ele volta a se estabelecer, caso o contrário viveria-se o colapso do capitalismo. Acontece que a média de Tugan seria a proporcionalidade, a acumulação capitalista infinita, o que Luxemburg considera um absurdo, pois o colapso deste modo de produção deve ser resultado de contradições intrínsecas a ele. Se se abolir a sua superação, então voltamos aos clássicos e abolimos sua historicidade, e o capitalismo seria o sistema social natural para os seres humanos.

Para provar que os esquemas correspondiam à realidade, Tugan partiria de uma lei fundamental do capitalismo de que os meios de produção crescem mais rápido que os meios de consumo para dizer que, por causa disso, o consumo humano era cada vez menos importante e, portanto, também as máquinas produziram mais-valia, sendo elas produtoras e consumidoras do mais-produto. Esse raciocínio é um sofisma para Luxemburg, pois, embora seja verdade que os meios de produção se desenvolvem mais rapidamente que os de consumo,

---

356 LUXEMBURG, op. cit., p. 211

357 É muito parecido com Bulgakov, mas acrescenta a desproporcionalidade e revisa a teoria marxiana, rejeitando a sua teoria do valor. Para Tugán, também as máquinas *criam* valor.

isso é um reflexo do desenvolvimento técnico e sobre ele Marx baseia a queda tendencial da taxa de lucro, e não o desenvolvimento ad infinitum do capitalismo.

Essa última visão, de que a produção dos meios de produção seria independente do consumo, não passa de uma miragem da Economia vulgar de Tugan-Baranovski. O mesmo não se aplica, na verdade ao fato com o qual tenta provar seu sofisma [*de que as máquinas também produzem mais-valia e, portanto, a acumulação pode ser infinita*]: é inegável que o crescimento do departamento dos meios de produção seja mais rápido em comparação com o dos meios de consumo. É um fato indiscutível que se observa não somente em países industriais antigos, como em todos os lugares em que o progresso técnico domina a produção. É nesse fato que se baseia também a lei fundamental de Marx sobre a tendência de queda da taxa de lucro.<sup>358</sup>

Além disso, em uma economia baseada no lucro, o desenvolvimento dessas forças produtivas tem neste o seu limite: o avanço técnico só é aplicado se seu custo for menor do que o do capital variável que ele substitui. Conforme explicita Luxemburg, “(...) o modo de produção capitalista, que supostamente propicia um desenvolvimento técnico extremo, encontra no lucro – seu pressuposto básico – efetivamente uma forte barreira social que se opõe ao progresso técnico (...)”<sup>359</sup>.

Em resumo, os marxistas legais russos opuseram-se aos ceticistas buscando as bases de desenvolvimento do capitalismo na Rússia, mas ao fazerem isso caíram no outro oposto, atestando não só o desenvolvimento como sua infinitude retornando às teorias de Say e Ricardo, aos harmonicistas estudados no primeiro confronto: equilíbrio entre produção e consumo. Para Rosa, “a demonstração que partiu da possibilidade de existência do capitalismo termina na impossibilidade de existência do socialismo”<sup>360</sup>, pois se o capitalismo não tem fim, outra formação social não pode surgir.

A análise dos russos termina a Seção 2 do livro com o resultado: depois de todo esse tempo encontramos-nos com a mesma questão, quem realiza a mais-valia a ser acumulada? A exposição histórica da investigação científica do problema serviu para apresentar suas idas e vindas até ali, suas relações com os respectivos tempos históricos e com o tempo de Rosa Luxemburg, na medida em que ela insere comentários, citações e referências de pessoas de sua época.

Encontramos referências a Lenin, Kautsky e à escola histórica alemã. A história do problema é também uma discussão com as teorias de sua época, culminando com a inserção

---

358 LUXEMBURG, Rosa. *Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 217

359 Idem, p. 218-9.

360 Idem, p. 222.

da autora no debate através de uma formulação teórica própria, na Seção 3 do livro.

A discussão com a escola histórica alemã<sup>361</sup> é uma referência presente nessa Seção 2 e em outros textos da autora<sup>362</sup>. Ela não se detém muito na análise de cada autor, eles são, coletivamente, desqualificados e citados ironicamente, mas é interessante notar os momentos em que eles aparecem no livro. Primeiro na discussão sobre a teoria de Rodbertus; alguns partidários dessa escola defendiam que Rodbertus seria o pai fundador do socialismo científico, vimos que Engels responde à Rodbertus sobre o suposto roubo teórico no prefácio ao Livro II. Para Rosa, o autor permanece sob o dogma de Smith, o que já compromete a reivindicação e toda a análise.

Estes catedráticos alemães, como eram também chamados, eram a segunda fase da escola histórica, ou socialistas de cátedra, porque defendiam reformas sociais levadas pelo Estado para melhorar a situação dos mais pobres, o que justifica sua defesa de Rodbertus como o fundador do socialismo científico, e eram em sua maioria professores de universidades alemãs.

O outro momento em que os catedráticos aparecem é na análise dos marxistas legais. O paralelo é plausível, porque os três teóricos citados apresentam a acumulação como um processo infinito e possível em um só país já que, de alguma forma, a produção capitalista cria seu próprio mercado. Essa segunda fase da escola histórica enfatizava, em geral, o papel do Estado no desenvolvimento de uma nação, defendendo o protecionismo como política para a defesa das indústrias nacionais e tinha os Estados Unidos como grande exemplo de desenvolvimento com protecionismo<sup>363</sup>. Ao mesmo tempo, tinham teorias que dividiam o mundo entre os grandes países manufatureiros e os agrícolas, entre outras divisões tributárias dos estágios de List.

Talvez Luxemburg atribua a teoria de List a todos os membros da escola histórica de sua época, mas a importância de criticá-los estava na influência que tinham no pensamento político alemão e em demonstrar como o mesmo pensamento se espalhava por meios autodenominados marxistas<sup>364</sup>. A comparação parte sempre do papel atribuído aos mercados

---

361 Especificamente, Gustav **Schmoller**, Adolph Heinrich Gotthelf **Wagner**, Albert Eberhard Friedrich **Schäffle**, Karl **Diehl**.

362 “Im Rate der Gelehrten”, *Die Neue Zeit*, 1903-4; *RR*, 1899; “Agrarische Interessen und Zollpolitik”, *Leipziger Volkszeitung*, 1900; “Die 'deutsche Wissenschaft' hinter den Arbeitern”, *Die Neue Zeit (Stuttgart)*, 1899-1900; *Massenstreik, Partei und Gewerkschaften*, 1906.

363 Essa escola foi bastante influenciada pelas ideias de Friedrich List, mas tinha diversas tendências, algumas mais e outras menos intervencionistas.

364 No texto *Zurück auf Adam Smith!*, Rosa Luxemburg desconstrói teorias de um dos representantes da escola histórica por ser citado em artigos de Eduard Bernstein. Ela faz uma pequena história dessa escola, retoma a história da escola clássica e os avanços feitos por Marx para concluir que a segunda escola histórica surgiu por



externos pelos marxistas russos: não eram fundamentais para a acumulação, porque ela poderia ocorrer dentro de um país. Assim, em Struve um país como a Rússia prescindiria de mercados externos porque era muito grande, como no caso dos Estados Unidos. Para Rosa, essa análise é semelhante àqueles socialistas catedráticos que viam uma divisão entre três grandes regiões no mundo (Inglaterra, Rússia e Estados Unidos) e a Alemanha junto com outros países europeus deveria tomar medidas como tarifas alfandegárias e uma forte armada para combater estas hegemonias. Em Bulgakov, Luxemburg vê uma aproximação com List, porque o russo apontaria o comércio internacional como uma troca entre as nações manufatureiras e as de matérias-primas, separadas desta forma de acordo com a paisagem natural de cada uma. Tugan seguiria da mesma forma, trabalhando com categorias como países agrícolas e países industrializados. A consequência dessas teorias é desconsiderar o capitalismo como um modo de produção mundial, o que na perspectiva dos catedráticos é correto, pois eles enfatizam as economias nacionais defendendo o protecionismo e o militarismo, duas faces da política de defesa nacional, e se opondo ao livre-cambismo.

Vimos anteriormente que Rosa se opunha à essas duas medidas e o SPD, embora com muitas discordâncias internas, declarava-se também contrário à elas. Adiante, veremos como a autora analisa a relação dessas medidas com a acumulação de capital.

Na interlocução de Luxemburg com seus contemporâneos, ela tece críticas a Lenin, especificamente ao texto *Zur Charakteristik der ökonomischen Romantik* (Sobre a Característica do Romantismo Econômico) publicado em 1899 com outros escritos. Para ela, Lenin cometeria o mesmo erro que Tugan e Bulgakov: tão preocupado em demonstrar as falhas dos populistas na análise do produto social total, ele acabara eliminando o problema dos meios de consumo ao resolver a questão com o crescimento do departamento I em detrimento do II, o que levaria à uma menor produção de meios de consumo e a um aumento na produção de meios de produção, deduzindo daí que a produção é o mercado dela mesma. Para Rosa, o aumento dos meios de produção é um reflexo do progresso técnico, é uma lei geral que aparece no capitalismo através do maior crescimento relativo de capital constante que variável. Ocorre que os três russos teriam visto na lei geral do progresso técnico uma lei específica do capitalismo, na qual a produção apareceria como finalidade e o consumo humano como secundário, submetendo um departamento ao outro, o que, para Rosa, é um erro.

---

causa do socialismo, como reação a ele, e não porque faltava uma oposição à burguesia. A escola histórica defendia reformas com base na economia burguesa e naquele momento haveria duas alternativas: ou aceitar os avanços feitos por Marx ou entrar em falência. Ver LUXEMBURG, Rosa. GW, 1974, v. 1/1 p. 728-737.

(...) quando Bulgakov, Iljin [*Lenin*] e Tugan-Baranovski suspeitam haver desvendado nessa lei a natureza específica da economia capitalista, ou seja, a produção como objetivo em si, e o consumo humano apenas como fato secundário, cometem um grande erro.

O crescimento do capital constante à custa do capital variável é somente a expressão capitalista dos efeitos gerais da produtividade crescente do trabalho.<sup>365</sup>

Ainda mais discreta que a crítica a Lenin foi a direcionada à Kautsky. Luxemburg utilizou a resenha deste autor<sup>366</sup> contra Tugan-Baranovsky para desconstruir a ideia de que seria possível acumulação ao mesmo tempo em que há retrocesso absoluto de consumo. Kautsky disse, no texto de 1902, que isso só seria possível na passagem da reprodução simples para a ampliada. Em nota, no entanto, ela diz que Kautsky apresenta um consumo maior do que deveria ser por desconsiderar a produtividade do trabalho, o que não invalida a crítica dele a Baranovsky; o principal é que ele não vai ao problema central, a relação entre produção e consumo do ponto de vista da reprodução, mas permanece na análise das crises e, portanto, do produto social como um todo em si e não como parte da estrutura mesma da acumulação.

Percebemos que em grande parte das questões, inclusive nas referências que o livro traz, os mercados externos ou o comércio exterior são um ponto central, a forma como uns e outros analisam o papel desses mercados na reprodução social determina seus aliados e inimigos teóricos. É assim desde Sismondi, que vê a tendência expansionista e o consequente aguçamento da concorrência mundial, temendo as consequências disso para a Europa. Aqueles que defendem o capitalismo em um só país abstraem seu alcance mundial e acreditam na reprodução infinita dentro de uma fronteira nacional são, de um modo geral, filiados direta ou indiretamente a Ricardo-Say acreditando na produção pela produção. Aqueles que veem ser impossível a acumulação sem um mercado mundial acabam por considerá-la impossível devido o acirramento da concorrência internacional (Sismondi e populistas).

Essa é a divisão que percorre todos os debates teóricos da segunda seção: os partidários de Say e Ricardo e os de Sismondi. Eles não o são conscientemente, vide os marxistas russos, mas chegam às mesmas conclusões, seja naturalizando o próprio modo de produção capitalista ou recorrendo a um retrocesso técnico para melhorar a distribuição de renda. Entre esses dois lados, Luxemburg coloca-se mais próxima dos sismondianos e

---

365 LUXEMBURG, Rosa. *Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 217

366 “Krisentheorien”. *Die Neue Zeit*. Ano XX, v. 2 (1902)

populistas por entenderem a importância do mercado externo e, principalmente, porque Sismondi apresentou a verdadeira questão da acumulação: quem realiza a mais-valia? Questão que foi ignorada desde sua formulação, mas que Rosa retoma e propõe como centro de sua análise, seu problema fundamental.

Chegamos ao momento de resolução do problema no qual os mercados externos tem sim um papel fundamental, como apontaram os populistas. No entanto, será preciso redefinir o próprio conceito antes de entender as relações intrínsecas e extrínsecas do capitalismo.

### 3.1.3. O problema na história

Para amarrar as três partes dessa obra e dar sequência com a apresentação de sua teoria da acumulação, Luxemburg inicia *Die geschichtlichen Bedingungen der Akkumulation* (As condições históricas da acumulação – Seção 3) com um capítulo que retoma sua crítica a Marx ao mesmo tempo em que explica a filiação reivindicada por Tugan-Baranovsky.

Como apresentado anteriormente, os esquemas de Marx não explicariam a origem da demanda e se baseariam em quatro condições:

1. A mais-valia deve ter a forma natural necessária à capitalização;
2. A ampliação só acontece com os elementos produzidos exclusivamente no modo de produção capitalista;
3. A ampliação é do mesmo tamanho que o mais-produto capitalizável, sendo condicionada por ele;
4. Não há limite para a acumulação, porque a produção capitalista é consumidora exclusiva do mais-produto, ela é seu próprio mercado.

Dessas condições seria possível extrair: a causa das crises de uma desproporção entre os departamentos e a produção como finalidade do capitalismo - resultados presentes na teoria de Baranovsky. Essa interpretação consta apenas no Livro II, segundo Luxemburg, e está em contradição com outros pressupostos de Marx, principalmente com a crescente produtividade do trabalho e a conseqüente alteração na composição orgânica do capital. Esse princípio seria excluído dos esquemas de reprodução ampliada, baseados em uma sociedade composta apenas de trabalhadores e operários.

O grande problema é o condicionamento a priori da forma material da mais-valia, ou seja, ela já viria ao mundo como o objeto necessário para a ampliação da produção. Essa determinação, para Rosa, impediria o avanço técnico, o crescimento por saltos, porque as bases materiais da nova reprodução já estariam dadas pelo período anterior, não sendo possível alterá-las, já que só a produção capitalista forneceria componentes para o novo ciclo segundo os pressupostos de Marx.

Essa forma material também faria coincidir realização e acumulação, porque ao realizar a mercadoria, que tem a forma material necessária à ampliação, forçosamente ocorreria acumulação. Essa correspondência acaba com a contradição fundamental do capitalismo entre produção e consumo.

O esquema exclui, porém, a contradição profunda e fundamental entre as capacidades de produção e de consumo, da sociedade capitalista, da contradição que é decorrente da acumulação capitalista, que periodicamente procura aliviar-se por meio das crises e impele o capital para ampliação constante do mercado.<sup>367</sup>

Por isso, ela separa a *representação* material da *forma* material, ou seja, a representação da mais-valia nos objetos produzidos e a materialidade desses mesmos objetos. Assim, a mais-valia tem sua representação em uma quantidade do produto total assim como em cada um dos produtos, ou seja, cada produto individualmente tem no seu valor parte do valor do capital constante, variável e da mais-valia, assim como na massa total uma quantidade desses materiais equivale ao valor de cada um dos componentes do produto social total. A questão é que Marx unifica essa representação material à própria utilidade dos produtos, que só poderiam encontrar seu mercado no capitalismo, ou seja, os produtos seriam coisas úteis apenas para a renovação e ampliação da produção.

Não obstante o fato de haver uma coincidência quanto à soma do valor dos capitais individuais assim como de suas partes respectivas (do capital constante, do capital variável e da mais-valia) com a dimensão do valor do capital social total; não obstante o fato de coincidirem perfeitamente as duas partes componentes deste e a mais-valia total, a representação material dessa grandeza (nas respectivas partes do produto social) difere totalmente, no entanto, com a forma material que assumem as relações de valor dos capitais individuais.<sup>368</sup>

Luxemburg separa as duas, pois entre cada período produtivo e a acumulação existem dois momentos: primeiro, a realização da mais-valia em forma pura de valor, dinheiro; e segundo, transformação desse dinheiro em capital produtivo<sup>369</sup>. Sendo a realização a questão fundamental da acumulação - “como se realiza a mais-valia?” -, a forma material do produto social total não é necessariamente a da reprodução ampliada capitalista, porque a realização da mais-valia tem como condições:

1. Círculo de compradores fora da sociedade capitalista;
2. Elementos materiais correspondentes e necessários à ampliação da produção;
3. Fornecimento de trabalho vivo adequado às necessidades do capital.

---

367 LUXEMBURG, Rosa. *Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 238.

368 Idem, p. 240

369 Idem, p. 246-7

Por causa da primeira condição, a forma material da mais-valia tem de corresponder às necessidades do mercado que ela pretende conquistar. Segundo Luxemburg,

Se supusermos, no entanto, que a mais-valia se realiza fora da produção capitalista, poderemos deduzir daí que sua forma material não tem nada a ver com as necessidades da produção capitalista em si mesma. Sua forma material corresponderá às necessidades daqueles círculos não-capitalistas, que auxiliam na realização desta.<sup>370</sup>

Após realizada a mais-valia e para reiniciar o processo produtivo é necessário adquirir os elementos materiais para tal, mas como fazê-lo se os meios de produção também foram vendidos para compradores não-capitalistas? Os materiais para a produção também são adquiridos desses meios externos e não apenas na troca intra-capitalista, como supunha Marx. Além disso, a intensificação do uso dos meios de produção e seu barateamento, decorrentes do avanço da produtividade do trabalho, são formas de reiniciar a produção em escala ampliada sem necessariamente adquirir novas máquinas.

Outro elemento indispensável para a produção é o trabalho vivo, que constitui o capital variável. Marx faz este aparecer no produto social como massa crescente de meios de subsistência, mas estes são os meios necessários para a manutenção do trabalho vivo, este sim elemento essencial para a produção; a manutenção do trabalhador é apenas um mal necessário.

Essa força de trabalho em escala crescente é encontrada também fora do capitalismo. Em Marx, ela vem do exército industrial de reserva que tem uma de suas fontes na população que sai do campo e vai para a cidade. Marx não veria a semelhança desse processo com a acumulação primitiva, expansão do capital sobre áreas ainda não conquistadas, e essa seria a sua grande diferença com Luxemburg. A força de trabalho é adquirida, pois, com a destruição de modos de produção não-capitalistas, em mercados externos.

Ela está de acordo com o pressuposto geral de Marx de que a forma material do produto social é relevante na produção e de que os meios materiais para o seu recomeço devem existir na sociedade antes de iniciado o processo (pressupostos apresentados na Seção 1). No entanto, a forma material do mais-produto não deve atender necessariamente à produção capitalista, como quer Marx, mas ao mercado a que se dirige. Mesmo mercado que fornece parte dos componentes materiais necessários à reprodução e ampliação.

Estabelecido o meio da acumulação capitalista, círculos externos, sintetizam-se os principais conceitos que Luxemburg analisara nos debates anteriores, mas que ela redefine: mercado interno, mercado externo, comércio mundial. Vimos que teóricos anteriores falaram

---

<sup>370</sup> Idem, p. 243

bastante sobre isso ao estudarem a reprodução capitalista, no entanto, eles nunca saíram do pressuposto de um modo de produção fechado, no qual só existiriam capitalistas e operários. Em Rosa, o mercado externo não se define pelas fronteiras nacionais, mas pelas fronteiras de produção: ele está em modos de produção não-capitalistas, como os camponeses; o mercado interno é o modo de produção capitalista, entre duas fábricas, por exemplo; e o comércio mundial é o intercâmbio entre o modo de produção capitalista e os não-capitalistas.

(...) o comércio mundial é por princípio uma condição histórica de existência do capitalismo, comércio este que, nas condições concretas existentes, é, por natureza, uma troca que se verifica entre as formas de produção capitalistas e as não-capitalistas.<sup>371</sup>

A realização da mais-valia dá-se no mercado externo, também nele se adquire parte dos capitais constante e variável adicionais. Mas, com o desenvolvimento internacional do capital, o reinvestimento dessa mais-valia já vendida torna-se sempre mais difícil, porque a renovação de (c) e (v) é sempre possível enquanto massa, objetos úteis, mas enquanto valor encontra dificuldade, pois uma crescente massa de mais-valia precisa se realizar de novo fora dos departamentos I e II, ao mesmo tempo em que o crescimento do volume dos componentes da produção amplia as fronteiras do capitalismo sobrando cada vez menos áreas de realização. Por isso, os mercados intracapitalistas são cada vez maiores e mais importantes para a troca, mas também a disputa por áreas não capitalistas cresce. Essa contradição seria o reflexo da queda tendencial da taxa de lucro decorrente da crescente composição orgânica do capital (c/v). Como (m) depende de (v) e a taxa de lucro =  $m/(c+v)$ , conforme (v) diminui em relação a (c) a mais-valia diminui, relativamente, e também a taxa de lucro.

Apesar de a capitalização da mais-valia ser o objetivo específico e a mola propulsora da produção, a renovação dos capitais constante e variável (assim como da parte consumível da mais-valia) constitui, por outro lado, a base ampla e pré-condição da produção. E se com o desenvolvimento internacional do capital a capitalização da mais-valia se torna a cada instante mais urgente e precária, de modo absoluto enquanto massa, bem como em relação à mais-valia, essa base de capital constante e variável, por sua vez, também se torna cada vez maior. Daí o fato contraditório de os antigos países capitalistas representarem, um para o outro, mercados cada vez maiores e imprescindíveis, e se digladiarem ao mesmo tempo mais intempestivamente na qualidade de concorrentes e em função de suas relações com os países não-capitalistas. As condições de capitalização da mais-valia e as condições de renovação do capital total cada vez mais entram em contradição, o que, de resto, é apenas um reflexo da contraditória lei da taxa decrescente de lucro.<sup>372</sup>

---

371 LUXEMBURG, Rosa. *Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 247

372 Idem, p. 251-252

A renovação de (c) e (v) acontece no mercado interno, enquanto a realização da mais-valia para posterior reinvestimento acontece no mercado externo. No entanto, o desenvolvimento do capital dificulta esse reinvestimento, por um lado pois passa a ocorrer também no mercado externo criando novas áreas capitalistas, como já vimos. Por outro lado, favorece a continuidade da acumulação capitalista por causa do barateamento de meios de produção importados das colônias ou países periféricos.

Há uma contradição entre as condições de reinvestimento da mais-valia (cada vez mais difíceis) e as de renovação do capital, o que seria um reflexo da lei da queda. Enquanto a renovação do capital total torna-se mais fácil pelo barateamento dos meios de produção, também é dificultada pela expansão da economia capitalista que acaba com seus mercados de realização.

Ou seja, a queda da taxa de lucro induz ao barateamento dos elementos do capital constante como forma de compensá-la e contrariar a diminuição da mais-valia. Com matérias-primas mais baratas é possível diminuir (c+v). Embora (v) também tenda a diminuir relativamente, o incremento de (c) o compensa. O papel dos mercados externos no fornecimento de matérias primas barateadas é, pois, essencial para manter a taxa de lucro nos níveis anteriores.

Dessa forma, a acumulação do capitalismo não seria nem impossível, nem infinita, mas um processo contraditório que se desenvolve construindo seus próprios limites no esgotamento do mercado. Ela caminha no limiar das duas posições expostas nos debates anteriores - a impossibilidade e a infinitude.

A conclusão é que “o capitalismo vem ao mundo e se desenvolve historicamente em meio social não-capitalista”<sup>373</sup>. Ele é essencialmente a retomada cíclica do processo de acumulação primitiva descrito por Marx no capítulo XXIV do Livro I. Para Luxemburg, a sua marcha possui três fases:

1. Luta contra a economia natural;
2. Luta contra a economia mercantil;
3. Concorrência do capital no cenário mundial, ou imperialismo.

Os três capítulos seguintes - “A Luta contra a Economia Natural”, “Introdução da Economia de Mercado” e “Luta contra a Economia Camponesa” – falam basicamente da primeira fase da acumulação, e apenas no último capítulo é que ela rapidamente explica o processo da luta contra a economia mercantil nos Estados Unidos e nas colônias sul-africanas para então entrar nos mecanismos do imperialismo nos três últimos capítulos do livro.

---

373 Idem, p. 253

A destruição da economia natural possui quatro objetivos econômicos:

1. Apossar-se das principais fontes produtivas: terras, minérios, pedras preciosas, etc.
2. Liberar força de trabalho e submetê-la ao capital;
3. Introduzir a economia mercantil;
4. Separar agricultura e artesanato.

Ao capitalismo de nada serve a economia natural, pois ela é autossuficiente, estabelecendo sempre uma relação entre produtores e meios de produção. Por isso, o primeiro passo para o capital é introduzir a propriedade privada, separando os produtores da terra e liberando força de trabalho. É o que Marx aponta no capítulo XXIV quando diz:

A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.<sup>374</sup>

Mas para Luxemburg, este processo não ocorre apenas na gênese do capitalismo, ele é reposto a todo o momento, constituindo a história da acumulação de capital: história essa baseada na necessidade capitalista de transformar as sociedades de economia comunal em compradoras de produtos capitalistas e fornecedoras de mão de obra e matérias-primas. Para tanto, na Europa, essa luta manifestou-se na forma das revoluções burguesas, enquanto nos países não-europeus ela vem sob a forma da *política colonial* baseada na violência, pressão fiscal e endividamento. Os exemplos de destruição da propriedade comunal fora da Europa são dados pela colonização inglesa na Índia e francesa na Argélia, utilizando-se de uma literatura de meados do século XIX, mas também de livros do início do século XX, como o relato de viagem do Lord Roberts of Kandahar de 1904 e a reportagem de *Journal Officiel* de 1912.

Depois do processo de pura violência na expropriação dos povos indígenas é necessário introduzir a economia mercantil para que aquela população se transforme em fonte de realização da mais-valia. Para tanto, os transportes têm um papel essencial, pois eles abrem o caminho para o capital, sendo em si mesmos áreas de investimento. Nesse processo, é apenas aparentemente que o capital não força fisicamente o consumo. A história da Guerra do Ópio, utilizada por Luxemburg como exemplo de abertura mercantil, mostra como a força militar é essencial para expandir as fronteiras da acumulação destruindo as estruturas sociais locais.

Querendo escapar das trincheiras, os chineses caíam nos fossos, enchendo-os literalmente de soldados indefesos, que suplicavam por clemência. Foi nessa

---

374 MARX, Karl. *O Capital: uma crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, v.1/t.2, 1984, p. 262.



massa de corpos humanos que, supostamente contra a ordem dos oficiais, os sipaios atiraram sem parar. Assim foi Cantão aberta ao comércio.<sup>375</sup>

Por fim, é preciso separar a economia camponesa do artesanato, pois a vida no campo em geral produzia todos os objetos necessários à existência: alimentos, ferramentas, roupas, sapatos, etc. Para o capitalismo, o camponês também deve se tornar um comprador de mercadorias e fornecedor de força de trabalho, no entanto, é mais fácil primeiro transformá-lo em comprador incluindo-o na economia mercantil para depois transformá-lo em proletário através da pressão dos grandes conglomerados agrícolas. Essa é a história do capítulo XXIX, “A Luta contra a Economia Camponesa”.

Este capítulo é basicamente construído por exemplos históricos como forma de demonstrar seu modelo. A experiência dos Estados Unidos seria, para Rosa, exemplar para entender a separação entre campesinato e artesanato, o último objetivo econômico da luta contra a economia natural e que já inicia a luta contra a economia mercantil.

Os Estados Unidos teriam aberto sua economia camponesa para o mercado capitalista após a Guerra de Secessão, que permitiu o avanço de fazendeiros sobre terras indígenas, inserindo os primeiros como pequenos produtores e compradores de produtos industrializados nas regiões interiores do território, consumindo pequenas ferramentas e máquinas ou produtos de consumo individual. Mas essa abertura foi seguida pela entrada de grandes capitais em sociedades anônimas vinculadas a projetos de expansão de ferrovias. Em pouco tempo, os fazendeiros que haviam expandido o oeste americano eram jogados para o norte, além da fronteira com o Canadá, devido à especulação imobiliária e à queda do preço dos produtos agrícolas, o que tornava insustentável a manutenção dos pequenos produtores, muitas vezes endividados por tentarem manter a produção por algum tempo.

No caso das colônias sul-africanas, as tensões entre os boêres e a expansão capitalista inglesa terminaram em guerra, a Guerra dos Boêres, que acabou com a economia camponesa dos colonos holandeses. A disputa, nesse caso, era pelas terras e pela força de trabalho dos nativos africanos: ambos queriam explorá-las, no entanto, um produzia de modo escravista e outro assalariado.

As economias mercantis instauradas nos dois exemplos citados também seriam destruídas através da concorrência entre os grandes capitais internacionais, aqueles que haviam atingido a última fase da acumulação, a imperialista.

A tendência do movimento de reprodução, para Luxemburg, era a transformação de todas as regiões em capitalistas; neste momento, o modelo teórico de Marx corresponderia à

---

375 LUXEMBURG, Rosa. *Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 268.

realidade e também ao fim do capitalismo. No entanto, esse resultado final “continua sendo uma simples construção teórica”<sup>376</sup>; a dominação total do mundo não-capitalista, a superação da última barreira à acumulação é uma tendência, um desenvolvimento teórico, expresso nos esquemas de reprodução ampliada de Marx. Os limites econômicos do capitalismo são, portanto, deduções abstratas que não se concretizam apenas por seus impulsos objetivos, o que não quer dizer que eles não sejam reais.

Interessante notar que nestes capítulos diversas vezes Luxemburg escreve sobre os métodos “pacíficos” do capitalismo na concorrência mundial, principalmente após a introdução da economia de mercado.

Todas as camadas e sociedades não-capitalistas têm de se tornar consumidoras [*Abnehmer*] de mercadorias do capital e têm de vender-lhe seus produtos. Parece que é ao menos esse o marco inicial da “paz” e da “igualdade”, do *do ut des*, da reciprocidade de interesses da “concorrência pacífica” e das “influências civilizadoras”. Se o capital, pela força, pode roubar aos grupos sociais seus meios de produção e forçar os trabalhadores a se tornarem objeto de exploração capitalista, não pode, porém, pela força, transformá-los em consumidores [*Abnehmer*] de suas mercadorias nem pode forçá-los a realizar sua mais-valia. Essa hipótese parece confirmar-se pela circunstância de os meios de transporte (ferrovias, navegação, canais) representarem os pré-requisitos indispensáveis à expansão da economia mercantil em regiões de economia natural.<sup>377</sup>

O fato dos transportes serem o instrumento essencial de expansão das fronteiras externas dá a impressão (“parece”, “*scheint*” no original alemão) de que a introdução do mercado seja um processo pacífico em oposição à destruição da economia natural, apresentada como um processo de espoliação violenta dos meios de produção, especialmente da terra. No entanto, o que vemos são exemplos históricos em que o avanço do mercado se utiliza da mesma força física para abrir portos, fornecer concessões, empurrar empréstimos. É o caso da China e a venda de ópio no país: a tentativa de proibição da droga gerou reação da Inglaterra, o que levou à abertura dos portos chineses para o produto enquanto o mesmo era proibido em território inglês. Ou dos Estados Unidos e da miséria do fazendeiro, anteriormente agente do genocídio indígena, com o avanço do grande capital sobre o oeste através das ferrovias. A história do capitalismo, mesmo utilizando a política econômica, é permeada de violência, seja direta com as guerras, seja indireta causando a miséria de milhares de pessoas.

A ênfase na violência desse desenvolvimento remete-nos às discussões do SPD na década de 1910, quando os conflitos internacionais se acirravam enquanto a direção e os

---

376 Idem, p. 285

377 Idem, p. 265

setores de direita e centro do partido insistiam na improbabilidade de um conflito mundial. O debate de 1911 sobre a crise do Marrocos e o destaque na defesa da paz pelos socialistas aparecem no livro desta forma, indiretamente, quando Rosa explica as relações intrínsecas ao capitalismo que tornam a paz dentro deste sistema impossível, justamente a tese que defende no já citado texto *Friedensutopien* de maio de 1911. Considera, portanto, que métodos como empréstimos e impostos podem parecer pacíficos quando observados de relance, mas são, na verdade, formas de expressão da violência física e inviáveis sem ela; o capitalismo é intrinsecamente brutal sendo impossível pensar uma paz dentro desse modo de produção.

Assim como na China e mais recentemente no Marrocos, o caso egípcio nos mostra como atrás dos empréstimos internacionais, das obras de irrigação e de outras obras civilizadoras o militarismo fica à espreita como executor da acumulação do capital.<sup>378</sup>

Esses métodos atuam de forma diferente na última fase da acumulação, a imperialista. Após ter inserido a economia mercantil, o capitalismo passa a disputar com esta os recursos humanos e materiais da região, avançando sobre ela para, enfim, sobrepor-se completamente ao modo de produção local. Um dos efeitos desse processo é a emancipação dessas regiões, caracterizando, assim, a fase imperialista: a independência dessas áreas e sua inserção na competição internacional por mercados externos. Cada vez mais, mais nações tornar-se-iam independentes e entrariam na concorrência mundial, acirrando-a e limitando ainda mais as áreas de acumulação.

No entanto, vemos neste trecho do livro que nem todas as áreas entram da mesma forma na concorrência mundial, pois os países com desenvolvimento mais antigo acabam submetendo as novas áreas capitalistas através dos mecanismos do imperialismo: os empréstimos, as tarifas alfandegárias e o militarismo<sup>379</sup>. Esses instrumentos têm efeitos externos e internos, visto que expandem as fronteiras externas do capital e também pressionam as condições de existência da classe trabalhadora dentro do capitalismo.

No caso dos empréstimos internacionais e do militarismo, Luxemburg pontua suas presenças em todas as fases da acumulação. O primeiro deles teria múltiplas funções. Ela lista as seguintes:

- transformação do dinheiro de camadas não-capitalistas em capital;
- transformação de dinheiro em equivalente de mercadorias;

---

378 LUXEMBURG, Rosa. *Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 300

379 “O que existe de contraditório na fase imperialista se revela claramente nas oposições características do moderno sistema de empréstimos externos. Eles são imprescindíveis para a emancipação das nações capitalistas recém-formadas e, ao mesmo tempo, constituem para as velhas nações capitalistas o meio mais seguro de tutelar os novos Estados (...)”. Idem, p. 288

- transformação de dinheiro em fundo de consumo dos dependentes da classe capitalista;
- transformação do capital-dinheiro em capital produtivo (por meio da construção de ferrovias e do fornecimento de armamento);
- transferência de capital acumulado das antigas nações capitalistas para as novas.<sup>380</sup>

As duas últimas funções seriam específicas do imperialismo e dariam aos empréstimos um importante papel na emancipação de zonas não-capitalistas, no entanto, criam uma relação de dependência entre as áreas mais novas e as mais antigas e, além disso, ao abrirem novas áreas de investimento também criam novos concorrentes no comércio internacional. Assim,

A realização da mais-valia exige somente a expansão geral da produção mercantil, mas a capitalização, pelo contrário, exige uma substituição progressiva da produção mercantil simples pela produção capitalista, o que limita a realização e a capitalização da mais-valia a um quadro cada vez mais estreito.<sup>381</sup>

Rosa relaciona o problema da realização à sobreacumulação. Ela vê a relação entre as necessidades de reinvestimento do capital acumulado, que não encontra mais lugar nos países antigos, e a realização da mais-valia, que exige a abertura constante das fronteiras externas. Os empréstimos são, para ela, elemento fundamental para a expansão de mercado e de investimentos e atuam através dos Estados. Os governos não europeus, inclusive, seriam essenciais para a expansão das áreas capitalistas, tomando empréstimos de ingleses, alemães, franceses, explorando a população para além de seus limites físicos, arrancando-os de seus antigos modos de vida.

Sismondi e Tugan achavam esse mecanismo infrutífero, pois os países europeus pagariam suas mercadorias com o próprio dinheiro emprestado, já que este é o grande responsável pela abertura de mercado consumidor pelo mundo. Luxemburg responde:

Em todas essas empresas tira nova mais-valia dos asiáticos, que são utilizados como força de trabalho. Essa mais-valia, contudo, tem de ser realizada em conjunto com os meios de produção alemães empregados na produção (material ferroviário, máquinas, etc.). Quem ajuda a realizá-la? Em parte é o próprio comércio gerado pelas ferrovias, pelas instalações portuárias etc., e que floresce em meio à economia natural da Ásia Menor. Por outro lado, na medida em que o comércio não cresce suficientemente rápido e de acordo com as necessidades de realização do capital, os rendimentos naturais da população são transformados à força em mercadorias, por intermédio da ação do Estado, e convertidos em dinheiro, para a realização do capital e sua mais-valia.<sup>382</sup>

---

380 Idem, p. 288

381 Idem, p. 289

382 LUXEMBURG, Rosa. *Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 302

A mais-valia é realizada pela população local através da exploração do trabalho e de seus rendimentos, espoliados pelos impostos.

No exemplo de Rosa Luxemburg, o fato da Alemanha ter implantado ferrovias na Ásia Menor já mostra que aquela área exterior serviu para a venda (realização) de mais-valia produzida anteriormente e que em seguida ainda gerou nova demanda com a ampliação do comércio local.

Contudo, isto tem um limite, pois as novas áreas também precisarão ser capitalizadas e haverá de novo uma contradição entre essa necessidade e a venda posterior da mais-valia resultante dessa capitalização que nada mais é do que o reinvestimento produtivo de nova mais-valia gerada. Isso impulsiona continuamente os capitais em busca de novas áreas, além de mantê-los em intercâmbio nas velhas, já que nelas o mercado também cresce na medida em que aquelas novas áreas passam a ser exploradas, auxiliam em mais “venda” de mais-valia e, portanto, na ampliação da produção interna. Daí a aparente contradição apontada por Rosa e aqui já citada: “Daí o fato contraditório de os antigos países capitalistas representarem, um para o outro, mercados cada vez maiores e imprescindíveis, e se digladiarem ao mesmo tempo mais intempestivamente na qualidade de concorrentes” por novos mercados.

O campo de realização da mais valia é cada vez mais estreito, porque a massa de mais valia a ser capitalizada é cada vez maior. A contradição entre realização e investimento é a forma da contradição fundamental entre produção e consumo na acumulação.

Junto com os empréstimos, o Estado atua também na adoção das tarifas protecionistas, reflexo da concorrência mundial por áreas de acumulação. O livre-cambismo foi apenas um episódio curto na história do capitalismo durante o período de produção e circulação simples de mercadorias, no qual a Inglaterra imperava. Com a crise de 1873<sup>383</sup>, a Inglaterra deixa de ser o centro da questão e a mudança na política alfandegária se realiza por causa da expansão do modo de produção capitalista no mundo, saindo da economia mercantil para entrar na concorrência mundial onde os Estados Unidos ameaçavam os interesses agrários europeus.

A causa geral da mudança de política alfandegária era bem mais profunda. O ponto de vista da simples troca de mercadorias, origem da ilusão livre-cambista da harmonia de interesses existente no mercado mundial, foi abandonado tão logo instalou-se o grande capital industrial nas principais nações do continente europeu e este começou a preocupar-se com as condições de sua acumulação. Estas, no entanto, em vez de realçarem a reciprocidade de interesses dos Estados capitalistas, punham em primeiro plano os antagonismos e sua concorrência na luta pela conquista do mundo

---

383 Lembremos seus efeitos na Alemanha bismarckiana: o descrédito dos liberais e a adoção de políticas protecionistas para proteger a agricultura e desenvolver a indústria no país.

não-capitalista.<sup>384</sup>

Com o avanço do capitalismo em outras nações, a concorrência internacional tomou o primeiro plano em detrimento da interdependência econômica, ou seja, apesar de dependerem uns dos outros como mercados e como produtores de bens para a reprodução, as nações capitalistas preferem levantar barreiras econômicas garantindo seus mercados externos para a acumulação<sup>385</sup>. Esse monopólio expressa-se nas colônias na forma do livre-cambismo, as quais não podem ter tarifas alfandegárias já que devem estar abertas ao comércio com os países desenvolvidos. A desigualdade das relações entre países capitalistas e entre estes e os territórios não-capitalistas expressa as relações de mercado interno e mercado externo na acumulação de capital.

O protecionismo, como os empréstimos, dificulta o desenvolvimento das forças produtivas ao atrapalhar a troca de mercadorias, já que a Alemanha, por exemplo, não conseguia produzir todos os bens de que precisava, além de encarecer, principalmente, os bens de consumo e, portanto, os salários; logo, diminuindo a acumulação. Ao mesmo tempo, a necessidade de realização leva os países a adotarem medidas de proteção de suas fronteiras nacionais e de seus mercados externos. Para que essa proteção fosse efetiva era preciso desenvolver também a marinha, complementação do sistema militar na era imperialista.

Rosa conecta os três elementos da fase concorrencial: empréstimos, protecionismo e militarismo, identificando dois níveis da acumulação de capital: o interno, na esfera capitalista, dado entre capitalistas e operários, cuja violência é difícil de perceber porque é processo econômico; o externo, entre áreas capitalistas e não-capitalistas, dado no comércio exterior cujos métodos são os três apontados acima e a violência é o principal veículo.

A teoria burguesa tenta convencer de que o desenvolvimento da indústria, a inserção do capital levaria a uma concorrência pacífica, sendo a violência da colonização um aspecto esporádico. No entanto, como vimos acima, Luxemburg ironiza companheiros de seu próprio partido que acreditavam nisso, pois aquilo que seria pacífico, como a expansão dos transportes, na verdade só poderia ocorrer com o respaldo armado.

Três anos antes, em 1911, Luxemburg dizia:

Os amigos da paz dos círculos burgueses acreditam que a paz mundial e o desarmamento podem se concretizar no âmbito da sociedade atual, mas nós,

---

384 LUXEMBURG, op. cit., 1985, p. 307. Aqui, lembramos da crítica de Luxemburg a MacCulloch, para o qual a ideia de harmonia entre produção e consumo, oferta e demanda, são reflexos da produção e circulação simples e não poderiam ser utilizados para a análise da acumulação.

385 Claramente, Rosa Luxemburg está discutindo com camaradas do partido que acreditavam que a interdependência da economia capitalista impediria um conflito mundial. Ela sublinha o fato de que, contraditoriamente, a tendência na era concorrencial era o conflito.

que estamos sobre a perspectiva materialista da história e do socialismo científico, temos certeza que o militarismo só poderá ser eliminado do mundo junto com o estado de classes capitalista.<sup>386</sup>

O entendimento da violência como intrínseca ao capital era anterior ao livro e fazia parte das resoluções do partido, mas na década de 1910 as disputas eleitorais nublaram os debates sobre o caráter internacional do sistema e demandaram uma explicação mais exaustiva de como “a violência política é apenas o veículo do processo econômico”<sup>387</sup>.

Nesse sentido, o militarismo tem duas funções para Luxemburg: meio de coerção e de acumulação. Por isso, ela discorda de Vorontsov quando ele fala que o militarismo seria um meio de eliminar mais-valia, sendo financiado pelos capitalistas e não pelos operários. Para ela, o aparato militar é financiado pelos trabalhadores através dos impostos e por camadas não-capitalistas através do sistema tributário, constituindo, dessa forma, uma fonte de acumulação.

Na verdade, para Luxemburg, os dois meios de financiamento da indústria bélica são os impostos indiretos e as *tarifas protecionistas*<sup>388</sup>. Dessa forma, estas últimas teriam duas funções: assegurar áreas de exploração e espoliar parte do poder de consumo das camadas não-capitalistas. No entanto, ela menciona essas tarifas apenas uma vez no capítulo 32, “O Militarismo como Domínio da Acumulação de Capital”, e enfatiza a contribuição dos camponeses através dos impostos arrecadados com a expansão da economia mercantil, conforme ela relata diversas vezes nos capítulos anteriores.

O militarismo como área de acumulação opera no Estado, por isso, nesse quesito, este último não é apenas um penduricalho do consumo de mais-valia, mas uma fonte de demanda. O Estado como meio de coerção gera apenas custos e, em relação aos meios de consumo de que seus agentes necessitam, participa da mais-valia e de parte dos impostos indiretos. Ele gera demanda na necessidade de material bélico.

Os impostos indiretos que são retirados dos operários, portanto do capital variável, não alteram a mais-valia, pois são recolhidos após a sua produção. Eles alteram a composição do produto total em meios de produção e força de trabalho, liberando parte desses meios que

---

386 “Die Friedensfreunde aus bürgerlichen Kreisen glauben, daß sich Weltfriede und Abrüstung im Rahmen der heutigen Gesellschaftsordnung verwirklichen lassen, wir aber, die wir auf dem Boden der materialistischen Geschichtsauffassung und des wissenschaftlichen Sozialismus stehen, sind der Überzeugung, daß der Militarismus erst mit dem kapitalistischen Klassenstaate zusammen aus der Welt geschafft werden kann.” In: LUXEMBURG, Rosa. “Friedensutopien”. In: GW, 1981, v. 2, p. 492-3.

387 LUXEMBURG, Rosa. *Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 309.

388 Lembremos dos debates sobre impostos indiretos, tarifas e militarismo. Luxemburg comenta a questão em alguns textos insistindo na pauta da redução de impostos indiretos que financiam o aparato militar alemão. No interior da social-democracia alemã, este parecia ser um consenso.

iriam para a produção de meios de subsistência para os trabalhadores e os realoca na indústria militar.

É como se os salários fossem reduzidos, o que limitaria a demanda de meios de consumo, mas quando esta vem dos trabalhadores não é um espaço de realização e sim um ônus para o capital. Aqui está a diferença crucial entre produzir armas e canhões, e não batata e chucrute. Se ao invés dos impostos indiretos optasse-se por reduzir os salários haveria maior ônus político, pois os sindicatos se envolveriam, além do que o aumento de preços demora mais para ser perceptível que a redução direta dos salários.

Outra fonte de demanda do Estado são as camadas exploradas não-capitalistas que Rosa resume como camponeses. A tributação das posses dos camponeses transfere parte de seu poder de compra ao Estado, ou seja, parte do poder de compra necessário ao capital para realizar a sua mais-valia, ficando a impressão de que se trocou elas por elas. No entanto, são esses tributos que forçam o camponês a transformar seu produto em mercadoria, em escala crescente, transformando-os em compradores.

O dinheiro que arrecadam com a venda de seus produtos no mercado não existiria, portanto, sem a pressão tributária. Além disso, eles poderiam entesourar essa quantia ou consumir em pequenas porções facilmente satisfeitas por uma produção mercantil local. Ao contrário, se esse valor é concentrado nas mãos do Estado transforma-se em uma demanda homogênea e concentrada que exige uma indústria desenvolvida, uma produção em larga escala. “Sob a forma de encomenda de material bélico feita pelo Estado, esse poder de compra concentrado das grandes massas de consumidores escapa, além disso, do arbítrio e das flutuações subjetivas do consumo pessoal, para adquirir regularidade quase automática, um crescimento rítmico”<sup>389</sup>. Assim, o dinheiro concentrado no Estado através de impostos indiretos ou alfandegários cria uma nova demanda grande, constante e crescente, livre de questões subjetivas.

Se voltarmos a *RR*, veremos que é a mesma interpretação tanto na argumentação contra Bernstein quanto contra Schippel, no entanto, o tema é tratado de forma mais cuidadosa em *Acumulação*, apresentando o militarismo como mecanismo estruturante do capitalismo, mesmo que não discorra mais sobre como ele funciona, terminando o livro logo em seguida.

Para Luxemburg,

Quanto mais o capital se utiliza do militarismo para assimilar os meios de

---

389 LUXEMBURG, Rosa. *Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 319.



produção e a força de trabalho de países e sociedades não capitalistas através da política mundial e colonial, mais energicamente trabalha o mesmo militarismo em casa, nos países capitalistas, a tal ponto, para retirar progressivamente das camadas não-capitalistas desses países, ou seja, os representantes da produção simples de mercadorias, assim como da classe trabalhadora, seu poder de compra, ou seja, roubar sempre mais da primeira suas forças produtivas e pressionar para baixo o nível de vida da última para aumentar violentamente a acumulação de capital a custa de ambas.<sup>390</sup>

Por isso, como todos os outros instrumentos do capitalismo imperialista, o militarismo expressaria a contradição entre realização e capitalização ou investimento da mais-valia. Por um lado, funciona como válvula de escape já que cria demanda estatal para parte da mais-valia; por outro, precisa dos trabalhadores e de áreas não-capitalistas para existir, só que os destrói seja pela miséria causada pelos impostos seja pelas guerras que promove. Ao aumentar a exploração das camadas mercantis e do proletariado, o capitalismo cria as condições de sua decadência limitando suas fontes de exploração. Por isso, há a tendência de intensificação das catástrofes e convulsões, sociais e econômicas. Em determinado momento, suas contradições só poderão ser resolvidas com sua superação, com o socialismo que permitiria o avanço ilimitado das forças produtivas visando à satisfação das necessidades humanas. É assim que Luxemburg termina seu livro, quase que convocando o proletariado à revolução.

Seu final abrupto é consequência da finalidade indicada no Prefácio: uma contribuição para a luta prática contra o imperialismo. Ela pretendia demonstrar aos camaradas de partido que a única saída para o imperialismo era a revolução socialista; medidas remediadoras, como a propaganda pela paz ou a tentativa de tornar a colonização mais humanitária, não caminhavam no sentido da transformação do sistema, apenas o reproduziam.

### **3.2. *Glosas sobre Die Akkumulation***

O estudo da acumulação de Luxemburg mostra que o próprio Estado está intrinsecamente voltado para a acumulação de capital, sendo improdutivo a tentativa de reformá-lo por dentro, era preciso tomá-lo ou destruí-lo de maneira revolucionária. Não

---

390 “Je energischer das Kapital den Militarismus gebraucht, um die Produktionsmittel und Arbeitskräfte nichtkapitalistischer Länder und Gesellschaften durch die Welt- und Kolonialpolitik sich selbst zu assimilieren, um so energischer arbeitet derselbe Militarismus daheim, in den kapitalistischen Ländern, dahin, den nichtkapitalistischen Schichten dieser Länder, d.h. den Vertretern der einfachen Warenproduktion, sowie der Arbeiterklasse fortschreitend die Kaufkraft zu entziehen, d.h., die ersteren immer mehr der Produktivkräfte zu berauben, die letztere in ihrer Lebenshaltung herabzudrücken, um auf beider Kosten die Kapitalakkumulation gewaltig zu steigern”. In: LUXEMBURG, Rosa. GW, 1985, v. 5, p. 410. A tradução da Nova Cultural pareceu-me incompleta: "Quanto mais capital necessita recorrer ao militarismo para apropriar-se dos meios de produção e da força de trabalho dos países e das sociedades não-capitalistas, com tanto mais energia trabalha o mesmo militarismo em casa, nos países capitalistas - os representantes da economia mercantil simples e a classe operária. Procura roubar da primeira as forças produtivas, e forçar a queda do nível de vida da segunda, aumentando à custa de ambas, violentamente, a acumulação do capital". In: LUXEMBURG, op. cit, 1985, p. 319.

adiantava participar de eleições e reivindicar mais autoridade para o parlamento, a eleição de 1912 já havia demonstrado isso, era preciso o movimento de massas para mudar a sociedade. Do contrário colocava-se no horizonte, ao menos teoricamente, a perspectiva da barbárie, pois as condições objetivas do capital apontavam para uma barreira física como seu fim histórico, deixando como saída a divisa revolução ou barbárie. Embora essa alternativa apresente-se somente mais tarde no texto *A Crise da Social-Democracia*, ela se faz presente em *Acumulação* como o reverso possível da revolução - em 1913 a fé de Luxemburg nas massas não havia sido abalada com a sua adesão à guerra.

A sua teoria da acumulação é um chamado à ação revolucionária que dá unidade às suas análises econômicas e propostas de ação como o combate às tarifas alfandegárias ou à colonização. O período do capitalismo concorrencial e a mudança na geopolítica mundial com o desenvolvimento dos Estados Unidos estavam presentes desde os textos do *Wirtschaftliche und sozialpolitische Rundschau* e eram consensos genéricos entre os socialistas.

Em *Acumulação*, Luxemburg conseguiu relacionar os pequenos consensos dos socialistas em uma teoria econômica revolucionária que entende a acumulação como um processo histórico de avanço sobre as economias naturais, instituindo a propriedade privada. A partir daí, inicia-se a troca de mercadorias, a produção mercantil simples, especializando-se o produtor, introduzindo a divisão do trabalho, o desenvolvimento das relações sociais transforma uns em proprietários dos meios de produção e outros em trabalhadores. Com o surgimento da grande indústria, ela se expande sobre as áreas de economia mercantil até que existam vários países capitalistas. O momento imperialista da acumulação é aquele da concorrência internacional entre esses países, no qual são essenciais o crédito, o protecionismo e o militarismo. Não que estes instrumentos não estivessem presentes antes, mas ganham nova expressão nessa fase, subjugando e englobando as áreas não-capitalistas, mas, principalmente, servindo de meio de disputa de um país capitalista contra o outro por áreas de expansão.

Por isso, a especificidade do militarismo na fase imperialista é a marinha. Limitados aos mercados externos de suas fronteiras nacionais, os países continentais europeus viram-se forçados a conquistar os mares e disputar com a Inglaterra as fronteiras de além-mar<sup>391</sup>, buscando compradores para a mais-valia capitalizável.

Compradores que, ao lado de consumidores, ressurgem como sujeitos econômicos. Vimos que em *RR* os consumidores se opõem a produtores e constituem categoria diferente de

---

391 Vemos aqui que essa percepção só poderia vir de alguém na Alemanha, país que investia muito na construção de uma armada para fazer frente à inglesa, procurando expandir seus domínios fora da Europa.

capitalistas e operários. Em *Acumulação*, Rosa transita entre consumidores e compradores, a primeira palavra, *Konsumenten*, aparece 40 vezes no livro e a segunda, *Abnehmer/Käufer*, aparece 45. Ambas categorias são retiradas da esfera da circulação, a qual Luxemburg enfatiza para formular o problema da acumulação. Os consumidores ora se confundem com os capitalistas, na reprodução simples, ora são objeto de questionamento – quem seriam eles? -, na reprodução ampliada. O mesmo ocorre com os compradores. A primeira categoria aparece oposta a produtores em alguns momentos, mas sua especificidade é o valor de uso, está dentro da esfera da satisfação de necessidades solventes da sociedade. Já a segunda corresponde à sociedade produtora de mercadorias capitalista, que precisa realizar valores, mais-valia, e por isso a ênfase nas pessoas que realizam o valor. Na Seção 3, Luxemburg realça que a questão aqui é um círculo de *compradores* fora da produção capitalista e não de consumidores. Embora as duas palavras se confundam em alguns momentos, elas expressam, na circulação, a oposição interna às mercadorias como valores de uso e valores. Na maioria dos casos em que “consumidores” aparece, estes remetem ao consumo pessoal e não à compra genérica de quaisquer produtos capitalistas. Mas Rosa explica no capítulo 26, “A Reprodução do Capital e seu meio”, que

A realização da mais-valia é, de fato, a questão vital da acumulação capitalista. Prescindindo-se do fundo de consumo dos capitalistas, por uma questão de simplicidade, a realização da mais-valia exige como primeira condição um círculo de compradores fora da sociedade capitalista. Referimo-nos a compradores, não a consumidores. A realização da mais-valia não nos indica nada, previamente, sobre a forma material dessa mais-valia.<sup>392</sup>

Por não indicar a forma material da mais-valia, a necessidade é de compradores já que “consumidores” remete aos realizadores de bens de consumo, portanto, departamento II, quando, na verdade, a realização pode ser também de meios de produção, como vimos anteriormente. A questão central é a realização do valor da mais-valia e não seu valor de uso, embora esse seja essencial para a troca e, portanto, para a circulação, sem a qual a reprodução não pode acontecer.

A reprodução é unidade de produção e circulação. Marx analisara o primeiro processo em *Das Kapital*. Era preciso, no entanto, resolver o segundo e a relação entre os dois, daí o destaque dado à circulação na análise do problema. Vimos que em *RR* Rosa afirma que analisar o capitalismo no mercado de trocas apresenta as relações de forma invertida, crítica dirigida a Bernstein, que pretende resolver os problemas do capitalismo regulando as trocas e

---

392 LUXEMBURG, Rosa. *Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 241.

repartindo o produto social total de forma mais justa. No entanto, em *A Acumulação*, temos:

Achamos que prescindir totalmente da circulação [*Geldzirkulation*] no esquema da reprodução ampliada, fato que leva o processo de acumulação à apresentar-se a nós de forma tão simples e sem nenhuma complicação, importa em grandes inconvenientes.<sup>393</sup>

No processo de reprodução social, a circulação de capital aparece como momento fundamental, pois a transformação da mais-valia da forma mercadoria para a forma dinheiro é essencial para que possa ser capitalizada depois em sua forma natural de meio de produção ou força de trabalho. No trecho citado, a versão original fala em circulação de dinheiro (*Geldzirkulation*), o que entra em contradição com a abstração do meio de circulação – dinheiro – na análise da reprodução. No entanto, trata-se aqui de enfatizar a importância da intermediação do dinheiro nas relações de troca capitalistas como capital monetário e como momento que separa compra e venda<sup>394</sup>.

O ponto de partida para Luxemburg é a necessidade de transformação do capital na circulação. A partir daí ela encontra o problema da demanda efetiva trabalhando com os ciclos D...D' e M'...M' de Marx. O primeiro ciclo enfatiza a produção do lucro em escala ampliada como objetivo do capital e a centralidade do dinheiro no processo, já o segundo ciclo enfatiza a forma material das mercadorias que precisam ser realizadas para que o processo todo se repita. O fundamental é que o capital precisa passar pela forma dinheiro para ser reintroduzido na produção; o dinheiro separa os dois momentos da troca, a compra e a venda, e este fator não é de menor importância no capitalismo. Se voltarmos a Marx, a forma do equivalente universal e a existência do dinheiro mundial são fatores de nascimento do capitalismo junto com a mercadoria.

O capital-mercadoria precisa se defrontar com outras mercadorias no mercado para ser transformado em capital-dinheiro e então entrar na produção. Quem realiza a mais-valia inculida naquelas mercadorias? Quem são os compradores desse mais-produto, no qual a mais-valia se encontra?

Luxemburg responde com os mercados externos ao modo de produção capitalista. No entanto, ao observarmos esses mercados, o problema parece só aumentar: como os autóctones das colônias poderiam trocar mercadorias europeias por dinheiro realizando-as? A única

---

393 Idem, p. 83

394 Depois de indicar que não há a necessidade de passar pela forma dinheiro para que a realização aconteça, Miglioli diz que o papel desempenhado pelos mercados externos luxemburgianos é feito pelo dinheiro na troca entre os capitalistas. Para Miglioli, Luxemburg não entenderia como a troca pode se processar dentro do sistema, porque não levaria em conta o papel do dinheiro como intermediário. Temos visto que não só ela leva em conta como esse é um ponto polêmico de sua teoria, pois confuso na medida em que não é possível entender com clareza o que ela entende pela forma dinheiro.

solução possível dentro da teoria luxemburguiana seria: “o dinheiro entra em circulação, portanto, antes de tudo como pagamento de salários”<sup>395</sup>. Desta forma, ao expandir a economia capitalista para outras áreas, os autóctones seriam transformados em assalariados ou pequenos produtores para o modo de produção da metrópole e assim se iniciaria o processo de trocas. Mas Luxemburg não disserta sobre isso, pois ela está mais preocupada em explicar as relações entre o desenvolvimento capitalista, o imperialismo e o colapso. E nessa perspectiva, indiretamente, explica as relações de desigualdade entre os diversos países, o colonialismo do século XIX e o papel do Estado na acumulação, desenvolvendo pontos já presentes em *RR*.

Não há um capítulo sobre “o papel do Estado na acumulação”, no entanto, ele é uma constante no processo histórico, desde a destruição da economia natural até a expansão da demanda por meio do belicismo. É só através da centralização do Estado que economias mais capitalizadas puderam submeter outras, utilizando-se das estruturas locais para introduzir a propriedade privada. Assim, as diferenças regionais, em muitos casos, foram aprofundadas pelo capital, dando poder à uma casta em detrimento da outra para poder se apossar dos meios de produção – terra e trabalho – das zonas não-capitalistas. Se as estruturas locais já fossem centralizadas, como no Egito, tanto melhor, pois o governo fazia o trabalho da espoliação e encaminhava os lucros para os países centrais. O Estado em *Acumulação* é, pois, um elemento estruturante da expansão capitalista, não apenas como comprador, realizador de mais-valia, mas como instrumento de espoliação. Rosa Luxemburg foi uma das primeiras a enfatizar essa importância<sup>396</sup>. Em *RR*, parecia consenso entre os socialistas que o Estado deveria ser tomado e não reformado, mas no início do século XX esse consenso foi desfeito e a preocupação com as eleições, bem como a demonstração de ineficácia do instrumento para a esquerda radical, exigia uma elaboração sobre as estruturas do capitalismo.

Para tanto, Luxemburg transforma a crescente anarquia capitalista e a contradição entre produção e consumo (causa das crises), pontos fundamentais de *RR*, em média da reprodução ampliada capitalista e na contradição entre realização e investimento. O desenvolvimento da capacidade produtiva e a restrição do consumo é a contradição

---

395 LUXEMBURG, op. cit., 1985, p. 49

396 Caio Mello diz que Luxemburg não apresentaria o Estado militarizado como um fator estruturante do capitalismo. “(...) ao invés de vincular este aparato militar com a solução daquele excedente de capital-mercadoria inicial oscilou entre uma total desvinculação do mesmo em relação à expansão capitalista, como se houvesse uma troca cordial com as regiões não-capitalistas (o Estado-parasita-penduricalho)” MELLO, Caio Roberto B. de. *Contribuição ao estudo do sistema de crédito em O Capital de Karl Marx*. 2007. 268 f. Tese - Dep. de História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 187. No entanto, o desenvolvimento histórico da acumulação e o papel do militarismo na fase imperialista, em Luxemburg, provam o contrário uma vez que sem um Estado centralizado com exército e armada não seria possível a expansão capitalista no mundo.

fundamental do sistema mesmo em *Acumulação*. Da mesma forma, a anarquia capitalista continua presente no livro, pois o desenvolvimento do capitalismo leva ao aumento da concorrência internacional e das barreiras à realização sem qualquer tipo de planejamento, mas o principal não são as perturbações, crises, catástrofes e sim como o desenvolvimento interno do capital leva a isso.

As duas análises baseiam-se na lei da queda tendencial da taxa de lucro. Em *RR*, este problema é fundamental para o capitalismo e leva, por exemplo, à concentração (na verdade centralização) de capital em sociedades anônimas; ela é causa das crises, pois estas abaixam os preços, aumentando a taxa de lucro. Em ambos os textos, a lei da queda é resultado da crescente produtividade do trabalho, que aumenta a composição orgânica do capital e reduz, relativamente, a mais-valia. Em *RR*, a lei da queda não era resultado da contradição entre consumo e produção:

É antes num processo “livre de interferências” da produção capitalista que ele encontra perigos que são maiores do que as crises propriamente ditas. Trata-se da queda constante da taxa de lucro, que não se origina da contradição entre a produção e a troca, mas do desenvolvimento da produtividade do trabalho, que possui a tendência extremamente perigosa de impossibilitar a produção para todos os capitais menores e médios e, assim, coloca barreiras ao progresso das inversões de capital e à sua nova formação.<sup>397</sup>

Ela indicava nesse texto a importância de fatores intrínsecos à estrutura do sistema na sua tendência ao colapso, muito embora apresente também um aparente contrassenso, pois o aumento da produtividade do trabalho faz crescer a produção dificultando a realização porque o consumo não a acompanha. Por isso, a queda da taxa de lucro parece se relacionar também com a contradição entre produção e consumo, mas de fato não tem nela sua origem<sup>398</sup>. Na verdade, é difícil dizer onde as contradições se originam, visto que o movimento do capital desencadeia uma série de relações com múltiplos efeitos - é o caso da composição orgânica crescente e da tendência à queda da taxa de lucro.

Em *Acumulação*, Luxemburg aponta contratendências à queda da taxa de lucro que Marx já havia indicado, como a elevação da taxa de mais-valia, o barateamento dos meios de produção e a expansão dos mercados externos<sup>399</sup>. Sua teoria da acumulação aponta uma das

397 LUXEMBURGO, Rosa. “Reforma Social ou Revolução?”. In: LOUREIRO, Isabel (org). *Rosa Luxemburgo: textos escolhidos*. São Paulo: Editora Unesp, v.1, 2011, p. 44.

398 O incremento da composição orgânica e, portanto, da produtividade do trabalho, amplia o volume produzido, mas diminui o valor unitário das mercadorias. O valor do produto total não se modifica, mantidas todas as outras condições constantes. Mesmo assim, é preciso levar em conta que uma quantidade crescente de mercadorias encontra limites para sua realização se não houver expansão de mercados.

399 Henryk Grossmann também aponta estes elementos como contratendências e diz que o desenvolvimento industrial dá importância crescente às matérias-primas que influem diretamente no lucro, daí a necessidade de se

formas do capital deter a queda da taxa de lucro: ultrapassando geograficamente as barreiras da realização e através da demanda do Estado. Quando este compra armas, elas não servem para o consumo produtivo de novas empresas, mas o armamentismo crescente permite adiar o problema da realização de parte da mais-valia social.

Mais uma vez sua teoria parte da circulação e termina nela, porque esse processo é essencial no capitalismo, na sociedade de trocas, e mal explicado pelos economistas, inclusive por Marx. Mas a perspectiva da circulação/demanda gerou e gera grandes debates em torno dos erros e acertos de Luxemburg. Muitos autores enfatizam os erros de sua crítica a Marx e a consideram subconsumista por derivar o problema a partir da circulação e o colocar do ponto de vista da demanda<sup>400</sup>. Marx mesmo, em passagens do Livro II, escreve que perguntar pelos consumidores seria tautologia e que a escala da produção seria determinada pelo impulso à valorização do capital e não pela demanda. Luxemburg então pergunta: de onde vem esse impulso? A questão é que o processo de reprodução social, ou o movimento do capital social total, segundo Marx, inclui produção e circulação. Portanto, para entendê-lo é preciso observar as duas esferas e, do ponto de vista da circulação, apresenta-se o problema da demanda *solvente*.

Ao analisar as duas esferas conjuntamente, Luxemburg viu que o reinício da produção ampliada no capitalismo precisa de um salto da forma mercadoria que não é explicado dentro dos esquemas de Marx, que se preocupam em provar a importância do capital constante (c) para o produto social total. A todo momento Luxemburg sublinha a importância da forma material que o capital social total tem para a reprodução, mas ela percebe também que essa forma material não necessariamente se relaciona com as necessidades dos departamentos I e II, mas sim com as demandas sociais *solventes*, o que significa que se trata de necessidades sociais que realizam mais-valia, não necessariamente capitalistas. Dizer que sua teoria seja de subconsumo é, portanto, analisar seu trabalho de forma simplista e descontextualizada.

Primeiro porque, conforme Trigg, a análise de Luxemburg da reprodução social é bem mais complexa, explorando as relações entre reprodução e circulação do dinheiro. Ela enfatiza a importância da circulação do dinheiro transformando capital-mercadoria em capital-

---

encontrar matérias-primas sempre muito baratas para garantir altas taxas de lucro nos países centrais. “(...) à crescente produtividade da maquinaria e do trabalho corresponde um consumo maior de matérias-primas, o que faz cair o valor unitário dos produtos, mas aumenta a demanda por insumos. A tecnologia mais desenvolvida só será usada naquilo que é vantajoso e necessário para o centro, porque, como vimos, é na diferença tecnológica que se transfere a mais valia da periferia para o centro”. GOMES, Rosa Rosa; SECCO, Lincoln. Economia Política da Violência: uma nota sobre Rosa Luxemburg e Henryk Grossman. *Mouro Revista Marxista*, ano 6, n. 9, jan 2015, p. 254.

400 Ver KRÄTKE e SWEEZY.

dinheiro, mas também considera a forma material do mais-produto para viabilizar a realização. Para Trigg, Rosa não se resume ao consumo, ela faz análises do dinheiro no Livro II em que demonstra os problemas na investigação de Marx; para ele, indiretamente, ela põe a pergunta de onde vem a demanda e o dinheiro<sup>401</sup>.

Apesar de seu enfoque na circulação (seja de mercadorias ou do dinheiro), ela acentua a todo o momento que só a produção capitalista gera mais-valia; se houvesse outra forma de obter mais-valia, a própria produção seria descartada no capitalismo, pois este não objetiva suprir as necessidades sociais das pessoas, mas extrair lucro.

Segundo porque a teoria do subconsumo corresponde a um grupo de intelectuais que enxergava a causa das crises no baixo consumo dos trabalhadores, defendendo o aumento de salários como forma de resolver a injustiça do capitalismo e a desproporção entre consumo e produção. Isso corresponde em parte à teoria de Bernstein, adepto da transformação social através da distribuição igualitária da renda. Na verdade, esse tipo de teoria foi usado para apoiar o limite reformista de partidos socialistas e Luxemburg já havia criticado essa posição em *RR*. Sobre o subconsumo, encontramos na transcrição de suas aulas da escola do partido:

O que significa a suposição atual de que o subconsumo da massa é culpado pela crise, de que, por isso, a força de consumo da massa deve ser elevada; assumindo-se disso, falsamente, que os trabalhadores devem manter seus salários muito elevados. Isso teria como consequência uma nova grande ampliação da produção. Para a satisfação da demanda aumentada, haveria uma oferta ainda maior. O modo de produção capitalista tem a tendência de sobrepor cada barreira, já que ele só tem em consideração o lucro.<sup>402</sup>

Assim, se de acordo com a teoria subconsumista os salários fossem aumentados, a consequência é que toda a produção elevar-se-ia seguindo o esquema do produto social total (P):  $c + v + m$ . Se (v) aumenta, (P) aumenta e, de acordo com as regras do capitalismo, aumenta em uma proporção maior, ou seja, salários elevados representam uma oferta maior ainda, o que não resolve as crises. Também em *Anticrítica*, Luxemburg rechaça as teorias subconsumistas, ironizando as explicações de Kautsky acerca do problema das crises<sup>403</sup>.

De acordo com Paul Singer, no prefácio à edição da Nova Cultural do Livro

401 TRIGG, Andrew. "Where does the money *and* demand come from? Rosa Luxemburg and the Marxian reproduction schema". In: BELLOFIORE, Riccardo (org). *Rosa Luxemburg and the critique of political economy*. London; New York: Routledge Taylor & Francis, 2009, p.34-52.

402 "Was hats nun mit der Annahme auf sich, dass die Unterkonsumtion der Masse Schuld an der Krise ist, dass darum die Konsumtionskraft der Masse erhöht werden muss. Was ist daran falsch angenommen, die Arbeiter erhalten ihre Löhne sehr erhöht. Das würde wieder eine grosse Erweiterung der Produktion zur Folge haben. Zur Befriedigung der erhöhten Nachfrage würde ein noch mehr erhöhtes Angebot geschaffen. Die kapitalistische Produktionsweise hat die Tendenz, über jede Schranke hinauszueilen, da sie nur Rücksicht auf den Profit nimmt." BArch NY 4002/16, fol 115-116

403 LUXEMBURG, Rosa. *Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 349.



*Acumulação*, Luxemburg pertenceria à linha teórica que vê o consumo como determinante na reprodução ampliada, o que poderia causar potencial produtivo ocioso. Uma outra linha enfatizaria as condições de produção, ignorando o consumo; a sociedade produziria sempre em seu potencial máximo, o que poderia causar insatisfação de necessidades sociais. Ou seja, para Singer, Luxemburg faz parte dos teóricos que limitam a produção da sociedade às suas necessidades de consumo. Ele ressalta corretamente que o que a distingue é a contradição entre poupança (abstenção do consumo pelos capitalistas) e acumulação (capitalização). O aumento da poupança induz à retração do investimento, a solução do capitalismo para Luxemburg seria a expansão para os mercados externos.

Para Rosa o problema está na própria expansão do capitalismo que acaba com seus mercados externos ao exportar capital, investir em outros lugares.

Contudo, é importante lembrar que, para Rosa, a reprodução exige um determinado grau de desenvolvimento da produtividade e o processo produtivo é fruto de condições técnicas e sociais, sendo a especificidade do capitalismo a despreocupação em atender às necessidades de consumo. Seu objetivo é o lucro, portanto, o consumo só entra como um fator da reprodução porque sem ele ela não pode acontecer. Com isso, Rosa enfatiza também a forma *material* dos objetos produzidos. Seguindo este raciocínio, Luxemburg não se encaixa exatamente entre aqueles que determinam a reprodução pelas necessidades de consumo: em Rosa Luxemburg, a necessidade de expansão externa existe para que a capacidade produtiva continue ao máximo e o sistema não colapse em uma crise. A limitação do mercado leva ao colapso porque a produção continua ao máximo, se ele não se expande será saturado em algum momento, o que leva à necessidade de destruição e centralização de capital através da crise. Por isso, para Luxemburg, capacidade produtiva e mercado, produção e circulação, são determinantes na reprodução ampliada capitalista.

Ela formula o problema da realização da mais-valia, mas em nenhum momento submete a produção à circulação. Os limites do capital se encontram na contradição entre produção e realização da mais-valia, portanto, também entre esta e a sua capitalização posterior, ou entre capacidade de produção e consumo. E isto não porque não há necessidades a serem supridas, mas porque estas não são a finalidade desse modelo e sim o lucro. Assim, o sistema tem uma grande capacidade de produção não acompanhada pelo consumo, porque não se trata de produzir para todos e sim com a finalidade de acumular. Aqui reside a própria existência do problema da realização, pois o sistema visa a produzir para o lucro, não para a satisfação das necessidades da população.

Em *RR*, Luxemburg tratou da contradição entre produção e consumo. Contradição, não

desproporção, pois a primeira pressupõe um problema intrínseco ao sistema que não pode ser resolvido com mero ajuste na distribuição de renda. No entanto, em *Acumulação*, ela aparece como pano de fundo, pois é a contradição fundamental do capitalismo, de acordo com a leitura luxemburguiana de Marx.

Hoje, percebemos que a geografia não é uma barreira para o capitalismo, visto que ele cria novas áreas de acumulação e não apenas se expande sobre as já existentes.

No entanto, na época o espaço era um limite *tendencial*, é importante lembrar. No contexto político era necessário chamar a atenção para a luta contra o imperialismo evitando um conflito mundial, mas a crítica feita a Marx mostrou-se uma barreira à elucidação do problema pelos socialistas da época. Seus companheiros de partido, presos à uma leitura “cientificista”, não conceberam a possibilidade de Marx errar e as críticas, desde então, terão nesse ponto o seu foco.